



Programa de Pós-Graduação em
Saúde da Família

RENASF

Projeto Pedagógico de Curso

MESTRADO

2026



Fundação Oswaldo Cruz
Presidente: Mário dos Santos Moreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB
Reitor: Roque do Nascimento Albuquerque

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL
Reitora: Pollyanna Almeida Costa dos Santos Abu Hanna

Universidade Estadual do Ceará – UECE
Reitor: Hidelbrando do Santos Soares

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
Reitora: Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Reitora: Terezinha Domiciano Dantas Martins

Universidade Federal do Ceará – UFC
Reitor: Custódio Luís Silva de Almeida

Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Reitor: Fernando Carvalho Silva

Universidade Federal do Piauí – UFPI
Reitora: Nadir do Nascimento Nogueira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Reitor: José Daniel Diniz Melo

Universidade Regional do Cariri – URCA
Reitor: Carlos Kleber Nascimento de Oliveira

COORDENAÇÕES DE NUCLEADORAS

Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Roberto Wagner Júnior Freire de Freitas

Sharmênia de Araújo Soares Nuto

Márcio Flávio Moura de Araújo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Jairo Domingos de Moraes

Leidiane Minervina Moraes de Sabino

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL

Mara Cristina Ribeiro

Kristiana Cerqueira Mousinho

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Ana Patrícia Pereira Moraes

José Maria Ximenes Guimarães

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

Maristela Inês Osawa Vasconcelos

Maria Socorro de Araújo Dias

Eliany Nazaré Oliveira

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Franklin Delano Soares Forte

Luana Rodrigues de Almeida

Universidade Federal do Ceará – UFC

Jenifa Cavalcante dos Santos Santiago

Fabiane do Amaral Cubert

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Isaura Letícia Tavares Palmeira Rolim

Elisangela Milhomem dos Santos

Marcelino Santos Neto

Universidade Federal do Piauí – UFPI

Fernando José Guedes da Silva Júnior

Jaqueline Carvalho e Silva Sales

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos

Tatyana Maria Silva de Souza Rosendo

Universidade Regional do Cariri - URCA

Evanira Rodrigues Maia

Grayce Alencar Albuquerque

Antônio Germane Alves Pinto

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
1.1. JUSTIFICATIVA	5
2. IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PROPONENTES	7
3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA/CURSO	7
3.1. Nome do Curso	7
3.2. Área Básica	7
3.3. Área de Avaliação	7
3.4. Nível do Curso	7
3.5. Graduação na área	7
4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MPSF	7
5. CARACTERIZAÇÃO DO MPSF	8
5.1. Área de Concentração	8
5.2. Linhas de Pesquisa	9
5.3. Objetivo Geral	9
5.4. Objetivos Específicos	9
5.5. Periodicidade da Seleção	10
5.6. Vagas por Seleção	10
5.7. Perfil das Pessoas Egressas	10
6. ESTRUTURA DIDÁTICO PEDAGÓGICA	10
7. PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AO CURRÍCULO	11
7.1. Princípios Educacionais	11
7.2. Estratégias Pedagógicas	12
7.3. Repositório digital de material didático	14
8. DESENHO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA	15
9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PESSOA DISCENTE E DO CURSO	16
9.1. Avaliação da aprendizagem da pessoa discente	18
9.1.1. Exame de qualificação	18
9.1.2. Trabalho de Conclusão do Mestrado (TCM)	19
9.2. Sistema de Avaliação do Curso	20

10. REFERÊNCIAS	21
11. ÍNDICE DE REVISÕES	22
ANEXO 1	23
ANEXO 2	24
ANEXO 3	27
ANEXO 4	33
ANEXO 5	34
ANEXO 6	35

1. APRESENTAÇÃO

O Curso de Mestrado Profissional em Saúde da Família (MPSF) foi aprovado em novembro de 2010 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O MPSF está sendo desenvolvido em rede, oferecido de forma descentralizada. A definição da estrutura e do funcionamento do Curso ocorreu com a participação de instituições nucleadoras, colaboradoras e consorciadas¹, tendo a organização didático-administrativa a cargo de um Colegiado, de uma Coordenação Geral e das Coordenações de Curso, nas Instituições Nucleadoras.

A opção pelo formato do Mestrado Profissional (MP) reforça a desejável parceria entre a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF) e os gestores municipais, além de se comprometer com o fortalecimento de redes de saúde-escola.

A RENASF foi criada em julho de 2009, com a participação de instituições dos estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão, cuja finalidade é a educação permanente, a produção do conhecimento científico, tecnológico e de inovação na área Saúde da Família, na Região Nordeste.

1.1. JUSTIFICATIVA

É de amplo conhecimento que, em 1987, o Ceará, no Nordeste do país, foi palco do Programa de Agentes de Saúde, voltado para diminuição da mortalidade infantil. Esse programa foi implantado em regiões vitimadas pela seca para, entre outras ações, difundir informações sobre a prevenção da mortalidade infantil e obter resultados positivos na diminuição desta. O sucesso dessa iniciativa serviu de exemplo para o Ministério da Saúde implantar, em 1991, em outras regiões do país, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) (Viana; Dal Poz, 1998), seguido, em 1994, pelo Programa Saúde da Família (PSF).

Na Política Nacional de Atenção Básica, o PSF torna-se estratégico para reorientação do modelo assistencial na Atenção Primária, deixando a concepção focalizada e

¹ As instituições nucleadoras são as que possuem pelo menos um Curso de Mestrado na área da saúde, que tenham docentes permanentes e colaboradores, para oferecer sustentação ao curso, que disponibilizem infraestrutura adequada e realizem procedimentos de certificação. As instituições colaboradoras são as instituições que participam de forma sistemática de atividades do Curso, disponibilizando infraestrutura adequada e recursos humanos, como membros do corpo docente, permanentes e colaboradores. As instituições consorciadas são as com potencial de participação em atividades do Curso, disponibilizando infraestrutura adequada e recursos humanos, e que já atuam na área de saúde da família, através de docentes com desempenho acadêmico compatível com a modalidade profissional.

programática para tornar-se a Estratégia Saúde da Família (ESF), no ano de 2005 (Brasil, 2006).

A ESF, além de fornecer a base estrutural para organização dos sistemas municipais de saúde, tornou-se porta de entrada para os demais níveis assistenciais, cuja expansão tem sido realizada de forma acelerada em todo o país, sendo estruturada de formas diversas, a partir da realidade e das características de cada município.

Um dos entraves para o sucesso e a consolidação devem-se ao descompasso existente entre a formação dos profissionais de saúde e as práticas de Atenção Primária. Estudo realizado entre dezembro de 1997 e março de 1998 sobre o PSF no Ceará (Andrade, 1998), que abrangeu estrutura e funcionamento, mostrou que, entre as limitações e dificuldades mais significativas expressas pelos secretários municipais de saúde e os profissionais que trabalhavam no PSF, a que mais se destacou foi a carência de qualificação dos profissionais para atuar na comunidade. A conclusão do estudo foi a de que esse entrave poderia ser resultante de processos de formação predominantemente baseados na atenção hospitalar, com privilégio da atenção ao indivíduo, em detrimento do coletivo.

Os resultados deste estudo permitem afirmar que, para superar as insuficiências de conhecimentos, habilidades e atitudes dos integrantes das equipes de Saúde da Família, seria necessário buscar alternativas que possibilassem o desenvolvimento de competências coerentes com o alcance da Atenção Primária à saúde de qualidade, que desenvolva práticas de cuidado integral, possibilitando a consolidação da gestão local, capazes de produzir conhecimento científico e tecnológico transformadores da realidade.

Com MPSF, espera-se contribuir na qualificação dos trabalhadores da ESF, por meio da educação interprofissional, possibilitando a superação de obstáculos e o desenvolvimento de iniciativas significantes para o fortalecimento do SUS local, mediante a articulação entre educação, atenção, gestão e investigação. Pretende-se, ainda, formar lideranças para exercer atividades de investigação e ensino em serviço, sem afastarem-se das atividades na atenção ou gestão da ESF.

Para tanto, o MPSF tem estrutura curricular comum oferecida em rede, descentralizada, com estímulo à utilização de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, pois o enfoque da educação permanente adotado representa importante mudança na concepção e nas práticas de formação desses profissionais, pois parte de uma relação dinâmica entre teoria e prática, reconhece a articulação entre os saberes produzidos no

mundo do trabalho, na atenção ao cuidado, na gestão e na vigilância à saúde e nas instituições formadoras.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PROPONENTES

Apesar do Programa ser organizado em Rede e todas as instituições participarem de forma ativa de todas as etapas do Programa, oficialmente, a instituição proponente para a CAPES é a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

As instituições envolvidas no Programa estão organizadas como nucleadoras e colaboradoras (**ANEXO 1**).

O Colegiado Geral do Programa é formado pelo conjunto de pessoas coordenadoras e vice-coordenadoras das instituições nucleadoras (**ANEXO 2**). A Coordenação e Vice-Coordenação Geral do Programa são eleitas pelos pares no Colegiado Geral.

3. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA/CURSO

3.1. NOME DO CURSO: Mestrado Profissional em Saúde da Família (MPSF)

3.2. ÁREA BÁSICA: Ciências da Saúde

3.3. ÁREA DE AVALIAÇÃO: Saúde Coletiva

3.4. NÍVEL DO CURSO: Mestrado Profissional

3.5. GRADUAÇÃO NA ÁREA: Graduação nas profissões de saúde

4. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MPSF

A proposta do MPSF entende os serviços de saúde como locais de produção de conhecimento e propõe o fomento do conhecimento metodológico, o desenvolvimento do potencial analítico e da capacidade de reflexão crítica dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), relacionados com a mudança no modelo assistencial para plena implementação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MPSF adota a concepção de currículo como construção social, que contempla, além dos conteúdos, o processo ensino-aprendizagem e a avaliação. O currículo avança na desconstrução de concepções sobre saúde-doença-cuidado, arraigadas no modelo biomédico e na perspectiva restrita de identidade profissional. Baseia-se nos referenciais da educação por competências, entendendo competência como a capacidade de articular, mobilizar e colocar em prática conhecimentos, habilidades, atitudes e valores

necessários ao desempenho de atividades requeridas pelo trabalho na ESF, na qual o adequado cuidado ao indivíduo é inseparável da compreensão das dinâmicas coletivas.

Em razão da complexidade dos problemas sociais e da ampliação do conceito de saúde com a emergência de diversos determinantes, a multiprofissionalidade e a intersetorialidade se apresentam como estratégicas para o compartilhamento de saberes convergindo para promoção da qualidade de vida. O MPSF pretende aprofundar a compreensão do papel das relações sociais na determinação do processo saúde-doença-cuidado e na concepção ampliada de saúde, com as consequências para a prática na ESF.

O MPSF pretende formar profissional que permaneça nos serviços e com competência para preceptoria, pois os sistemas saúde-escola e a lógica da educação permanente colocam o desafio do acompanhamento de estágios curriculares na graduação, na especialização, no internato e na residência. Tem como prioridade fortalecer a formação científica desse profissional de saúde, incentivando o uso do método científico e de evidências para tomada de decisões e gestão do processo de trabalho e do cuidado. E, não menos importante, fortalecer as atividades de produção do conhecimento e ensino da RENASF.

5. CARACTERIZAÇÃO DO MPSF

5.1. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

O Curso está organizado em uma Área de Concentração e três Linhas de Pesquisa. A Área de Concentração **Saúde da Família**, em natureza complexa, compõe tanto uma área do conhecimento quanto um campo de práticas profundamente imbricado com as mudanças do modelo de atenção à saúde no Brasil. Análise, avaliação e aperfeiçoamento demandam indissociabilidade entre teoria e prática e retroalimentação de referenciais teórico-metodológicos e político-institucionais na definição desses processos e na gestão, educação na saúde e produção do conhecimento que vêm sendo desenvolvidos no SUS.

Adota os seguintes objetos de produção do conhecimento: saúde como direito e consequente necessidade de identificar e atender às demandas de saúde da população, na perspectiva da humanização do cuidado; promover a saúde e dar importância estratégica ao desenvolvimento das ações intersetoriais e de fomento à participação popular e controle social; integralidade do cuidado, a qual implica no trabalho em rede, em equipe multiprofissional; educação permanente e gestão participativa dos serviços

de saúde. A ênfase adotada privilegia a produção do conhecimento e o desenvolvimento profissional para aprimorar processos institucionais de nível locorregional, a partir do princípio da territorialização da atenção à saúde e que informam a Estratégia Saúde da Família.

5.2. LINHAS DE PESQUISA

Linha de Pesquisa 1: Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família – integra pesquisas sobre os saberes e as práticas de gestão, da organização dos sistemas e serviços de saúde, da origem, evolução e controle dos problemas de saúde da população, bem como as tecnologias na promoção e na proteção específica da saúde, a prevenção das doenças e agravos, o cuidado clínico-assistencial, visando qualificar a Atenção Básica à Saúde, com enfoque na Estratégia Saúde da Família e os atributos essenciais da Atenção Primária (primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado).

Linha de Pesquisa 2: Educação na Saúde – integra pesquisas que tratam da formulação, implantação e avaliação de iniciativas, projetos, programas e políticas de formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores de saúde, visando reorientação dos processos de trabalho na saúde, no sentido da humanização, integralidade, resolubilidade e participação popular.

Linha de Pesquisa 3: Promoção da Saúde – integra pesquisas que tratam da formulação, implantação e avaliação de projetos e programas com base nos determinantes da saúde para promover o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, visando melhoria das condições de saúde das populações e fomento da participação popular e autonomia dos sujeitos no cuidado à saúde.

5.3. OBJETIVO GERAL

- Qualificar os profissionais dos serviços de saúde, incentivando o uso de métodos de pesquisa para tomada de decisões e gestão do processo de trabalho e do cuidado.

5.4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar lideranças para a ESF aptas a exercer atividades de investigação e de ensino em serviço;

- Fomentar o trabalho em equipe, por meio do diálogo entre profissionais da equipe de Saúde da Família e multiprofissional ampliada;
- Articular elementos da educação, atenção, gestão e investigação, no aprimoramento da ESF e do SUS, com ênfase na Atenção Primária à Saúde.

5.5. PERIODICIDADE DA SELEÇÃO:

bianual

5.6. VAGAS POR SELEÇÃO

O total de vagas ofertadas varia em cada turma de acordo com financiamento, número de nucleadoras e corpo docente (**ANEXO 3**).

5.7. PERFIL DAS PESSOAS EGRESSAS

O curso se propõe a capacitar profissionais qualificados com habilitação e experiência em pesquisa e ensino em serviço, os quais utilizem abordagens técnicas, científicas, gerenciais, éticas e de liderança na área da Estratégia Saúde da Família, capazes de desenvolver o trabalho em equipes interprofissionais, articulando elementos de educação, atenção, gestão e investigação.

6. ESTRUTURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A matriz do Programa foi estruturada por linhas (Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família; Educação na Saúde; e, Promoção da Saúde) e eixo Pesquisa.

O Curso tem duração mínima de 18 (dezoito) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses, com carga horária de 735 horas. As atividades são presenciais e conduzidas de forma descentralizada nas Instituições Nucleadoras, prioritariamente, quinzenalmente (quintas e sextas-feiras, em horário integral), nos primeiros três semestres do curso.

Para finalização de todas as atividades previstas no MPSF, a pessoa discente deve concluir 300 horas em disciplinas obrigatórias, 105 horas em disciplinas optativas, totalizando 405 horas em disciplinas. Além disso, terá 330 horas em outras atividades curriculares obrigatórias descritas a seguir (**ANEXO 4**):

- Orientação e Qualificação: 60 horas. Acompanhamento do desenvolvimento do projeto de pesquisa do mestrado pelo orientador, por meio de encontros regulares, com vistas à apresentação e submissão a comissão examinadora do projeto de dissertação para análise e emissão de parecer para ajustes e continuidade.
- Orientação e Defesa de Dissertação: 240 horas. Acompanhamento do desenvolvimento do projeto de pesquisa do mestrado pelo orientador, por meio

de encontros regulares e participação nas reuniões de grupo de pesquisa e outras atividades pertinentes, com vistas à defesa da dissertação.

- Atividades Complementares: 30 horas. Atividades curriculares obrigatórias que estão validadas pelo Programa através do Normativo 01/2025, atualizado em 18 de junho de 2025. O normativo 01/2025 regulamenta o aproveitamento de atividades complementares em carga horária, através de atividades que envolvam: i) produtos e processos; ii) formação; iii) divulgação da produção; e iv) serviços técnicos.

A pessoa candidata aprovada e classificada na seleção deverá efetuar a matrícula na Instituição Nucleadora do estado para o qual optou, obedecendo aos prazos fixados no calendário. A integralização do Curso dependerá da comprovação de frequência e aproveitamento. O rendimento escolar de cada discente será na escala de 0 a 10, ou conceito equivalente, de acordo com a Instituição Nucleadora a qual a pessoa discente está matriculada. Para aprovação em cada disciplina correspondente, a pessoa discente terá que lograr, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades e desempenho acadêmico mínimo de nota 7,0 (sete) ou conceito equivalente, de acordo com cada instituição nucleadora.

Dentro de, no máximo, 18 meses após o ingresso, as pessoas discentes realizarão defesa de projeto (qualificação) perante uma Comissão Examinadora, composta por três doutores, em que pelo menos um deve ser externo à nucleadora.

A obtenção do título de Mestre implica, ainda, na defesa pública do Trabalho de Conclusão do Mestrado (TCM) perante uma Comissão Examinadora indicada pela pessoa orientadora, com concordância da Coordenação do Curso e constituída de 3 (três) membros portadores de grau de Doutor ou equivalente, entre os quais, no mínimo, um membro externo à nucleadora.

7. PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS APLICADAS AO CURRÍCULO

7.1. PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

O Curso de MPSF adota como método as metodologias ativas de ensino-aprendizagem, valoriza o aprender a aprender, por destinar-se a um público adulto e pela possibilidade concreta de participação das pessoas discentes e por valorizar a aprendizagem significativa de forma contextualizada, requisitos necessários para construção de saberes de modo mais efetivo.

7.2. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Ancorados nas metodologias ativas, propõe-se estratégias pedagógicas e/ou educacionais, as quais apoiam o alcance dos objetivos de aprendizagem em cada disciplina. Para apoiar o processo de ensino-aprendizagem, elaborou-se um **Guia de Estratégias Pedagógicas**, com objetivo de apresentar e discorrer sobre novas e/ou conhecidas estratégias pedagógicas para subsidiar a práxis educacional, entendendo-a como reveladora de uma intencionalidade. No guia, as estratégias pedagógicas são apresentadas em ordem alfabética, a partir da conceitualização (DESCRIÇÃO), pertinência ao tipo de objetivo de aprendizagem que se espera alcançar (DOMÍNIO DO OBJETIVO DE APRENDIZAGEM - cognitivo, habilidade, atitude); detalhamento do desenvolvimento da estratégia pedagógica (COMO DESENVOLVER), aplicando-as ao contexto específico de cada disciplina e indicação do tempo médio para execução (TEMPO MÉDIO NECESSÁRIO).

A seguir, apresenta-se o **Grupo Tutorial**, como exemplo de como essas estão dispostas.

GRUPO TUTORIAL	
Descrição	É uma estratégia educacional utilizada para o processamento de situações-problema que abordam diferentes temas e contextos da atuação profissional em saúde. Sustentada na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), os discentes são divididos em pequenos grupos, apoiados por um docente/tutor, que partilha com os discentes a responsabilidade no seguimento das etapas previstas para apreensão do conhecimento (Barrows, 1986; Moraes; Manzini, 2006).
Domínio do objetivo de aprendizagem	Cognitivo
Como Desenvolver	<p>1. Planejamento Elaborar uma situação-problema que deve funcionar como dispositivo inicial do processo de reflexão e teorização no grupo e estabelecer relações entre o objetivo de aprendizagem que se refere. Considerar, no planejamento, os componentes centrais para realização do Grupo Tutorial (GT), a saber: No mínimo, 8 e, no máximo, 12 discentes; Um tutor/facilitador da aprendizagem; Um coordenador; Um relator, podendo ter também um correlator; Uma situação-problema; Um quadro ou painéis para registros do grupo.</p> <p>2. Desenvolvimento da estratégia A Estratégia se desenvolve em sete passos e em momentos</p>

	<p>distintos, conforme se detalha:</p> <p>PRIMEIRO MOMENTO -Abertura do GT</p> <p>Passo 1 - Ler a situação-problema e elucidar os termos desconhecidos;</p> <p>Passo 2 - Definir o problema;</p> <p>Passo 3 - Analisar o problema;</p> <p>Passo 4 - Sistematizar a análise e hipóteses de explicação ou solução do problema;</p> <p>Passo 5 - Formular objetivos de aprendizagem.</p> <p>SEGUNDO MOMENTO – Estudo Individual</p> <p>Passo 6 - Identificar fontes de informação e adquirir novos conhecimentos.</p> <p>TERCEIRO MOMENTO – Fechamento do GT</p> <p>Passo 7 – Sintetizar o conhecimento e revisar hipóteses iniciais para a resolução do problema.</p> <p>3. Orientação à pessoa facilitadora</p> <p>A pessoa facilitadora deve iniciar a sessão tutorial, solicitando aos discentes que se dividam em grupos, escolham entre si um coordenador e um relator. Recorda-se que cada Grupo Tutorial deve ter, no mínimo, 8, e, no máximo, 12 discentes. O número de grupos de GT vai depender da quantidade de discentes na nucleadora.</p> <p>Após a constituição dos grupos, cada GT deve acordar quem fará a coordenação e relatoria na condução do grupo. É importante também a definição de uma correlatoria. Se necessário, esclarecer as funções da coordenação como mediadora, assegurando a circularidade da fala, a observância aos passos do GT e a gestão do tempo. A relatoria compete fazer os registros no quadro/painel, sempre validando as respostas aos passos do GT com os integrantes.</p> <p>A pessoa facilitadora deverá/poderá intervir pedagogicamente em qualquer passo do GT, apresentando contribuições/alinhamentos, sempre que o grupo apresentar dificuldades, quer seja no seguimento da estratégia, quer seja no percurso para resolução do problema.</p> <p>Importante considerar estas orientações sobre o desenvolvimento de cada passo:</p> <p>Passo 1 - Ler a situação problema e elucidar os termos desconhecidos (1-5 min);</p> <p>Passo 2 – Definição do Problema (15 min) – Não se esqueça de que o problema é sempre uma situação desfavorável;</p> <p>Passo 3 – Análise do problema (30 min): para a análise do problema, siga todas as orientações metodológicas para resolução de problemas. Estimule o grupo a uma “chuva de ideias” e, a partir daí, aprofundando cada uma;</p> <p>Passo 4 – Sistematização da Análise e das Hipóteses de Explicação ou Solução do Problema (40min);</p> <p>Passo 5 – Formulação dos Objetivos de Aprendizagem (30min): sugere-se que a discussão seja sistematizada seguindo pontos de discussão.</p> <p>Após a conclusão da definição dos objetivos de aprendizagem, orientar o estudo individual a distância, estimulando a busca de referenciais, em consonância com os objetivos propostos.</p>
--	--

	<p>Atenção pessoa facilitadora: O passo 6 será realizado pelas pessoas discentes no período entre o primeiro e o segundo encontro da disciplina e o passo 7, no dia 01 do segundo encontro, conforme programação prevista no caderno.</p> <p>Passo 6 - Estudo individual. Estimular as pessoas discentes à busca da literatura para a próxima fase que é a da Resolução do Problema;</p> <p>Passo 7 - Oriente as pessoas discentes quanto à elaboração e entrega do relatório síntese na etapa de resolução do problema.</p> <p>Para avaliação de desempenho das pessoas discentes no GT, utilizar instrumento que permita avaliar a abertura e o fechamento do GT.</p>
TEMPO MÉDIO NECESSÁRIO	4 HORAS (2 horas para abertura do problema e 2 horas para o fechamento)

7.3. REPOSITÓRIO DIGITAL DE MATERIAL DIDÁTICO

O PPGSF possui repositório digital de material didático utilizado nas disciplinas, comunicados e avisos referentes ao Programa, abrigado no sítio eletrônico da ENSP-Fiocruz (Figura 1).

8. DESENHO CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

A matriz do Programa foi estruturada por linhas (Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família; Educação na Saúde; e, Promoção da Saúde) e eixo Pesquisa, integrando os cursos de Mestrado e Doutorado. Algumas disciplinas obrigatórias são comuns ao Mestrado e Doutorado, outras específicas do Mestrado. E, todas as disciplinas optativas do Programa são comuns nas matrizes dos dois cursos (**ANEXO 5**).

Assim, seguem as disciplinas da nova matriz do **Mestrado Profissional em Saúde da Família (MPSF)** por linhas de pesquisa e eixo pesquisa (**ANEXO 6**).

Linha Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família

- **Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família:** carga horária - 60 horas. **OBRIGATÓRIA** para o Programa.
- **Vigilância em Saúde:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Avaliação na Atenção Primária à Saúde:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Gestão em Saúde da Família:** carga horária - 45 horas. Tornou-se **OPTATIVA** para o Programa.
- **Sistemas Universais de Saúde em APS:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.

Linha Educação na Saúde

- **Educação na Saúde:** carga horária - 45 horas. **OBRIGATÓRIA** para o Programa.
- **Estudos Avançados em Educação na Saúde:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Vivência de Ensino na ESF:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.

Linha Promoção da Saúde

- **Promoção da Saúde:** carga horária - 45 horas. **OBRIGATÓRIA** para o Programa.
- **Educação em Saúde:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.

Eixo Pesquisa

- **Seminário Introdutório do Mestrado:** carga horária - 30 horas, com a manutenção da concepção de uma oficina de prospecção de temas importantes para serem desenvolvidos em Trabalhos de Conclusão de Mestrado (TCM) nos diversos territórios dos recém-ingressos no Programa. **OBRIGATÓRIA** para o MPSF.
- **Seminário de Acompanhamento I:** carga horária - 15 horas. **OBRIGATÓRIA** para o MPSF.
- **Seminário de Acompanhamento II:** carga horária - 15 horas. **OBRIGATÓRIA** para o MPSF.
- **Metodologia do Trabalho Científico:** carga horária - 60 horas. **OBRIGATÓRIA** para o MPSF.
- **Inovação e Desenvolvimento de Produtos Técnicos e Tecnológicos em Saúde Coletiva:** carga horária - 30 horas. **OBRIGATÓRIA** para o Programa.
- **Epidemiologia:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Bioestatística:** carga horária - 45 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Referenciais Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Qualitativa:** carga horária - 30 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa:** carga horária - 45 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Redação e Divulgação Científica:** carga horária - 45 horas. **OPTATIVA** para o Programa.
- **Translação do Conhecimento:** carga horária - 15 horas. **OPTATIVA** para o Programa.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA PESSOA DISCENTE E DO CURSO

Os conceitos e as práticas de avaliação são componentes fundamentais e indissociáveis do projeto político-pedagógico do Mestrado Profissional em Saúde da Família (MPSF). O sistema de avaliação é parte de um acordo público entre discentes, docentes e a coordenação do curso. Esse sistema regula a dinâmica de um complexo processo de ensino e aprendizagem, e esclarece as respectivas responsabilidades dos sujeitos envolvidos: discentes, docentes e coordenação do curso. Além disso, o sistema de avaliação tem a finalidade de registrar o desenvolvimento pedagógico das pessoas discentes e atribuir valores a esse processo, que inclui necessariamente a autoavaliação.

O projeto político-pedagógico do curso contempla o estudo de múltiplas áreas e dimensões das práticas em Saúde, exigindo a utilização de variadas estratégias

pedagógicas e dos respectivos instrumentos de avaliação. O curso parte da premissa de que se pode aprender com a experiência, posto que somos capazes de compreender os sentidos do vivido.

O desenvolvimento da aprendizagem é bem mais amplo do que o sistema de avaliação de um curso. Contudo, esse sistema pode ser pensado também como espaço, em que se produzem experiências de aprendizagem, tanto pela possibilidade de se verificar a qualidade das estratégias de ensino utilizadas, quanto pela própria experiência dialógica entre discentes e docentes, ao atribuírem valores às práticas de ensino e aprendizagem.

Enfim, o sistema de avaliação é um instrumento de sistematização, registro e validação dos processos de aprendizagem e certificação do curso. A Estratégia Saúde da Família é parte importante da política de formação do Ministério da Saúde, e o objetivo do MPSF não se restringe à possível aquisição de conhecimentos pelas pessoas discentes, mas visa ampliação da competência para atuar no campo da Saúde, que inclui a capacidade de avaliar processos, práticas, resultados e autoavaliação.

Nesse sentido, os instrumentos e as práticas de avaliação devem produzir informações que ajudem os diversos agentes envolvidos a compreenderem o que aconteceu nos processos de ensino e aprendizagem, assim como na gestão do curso; tudo isso para, na medida do possível, superar as limitações e criar alternativas.

Assim, o sistema de avaliação deve integrar todos os elementos do curso, usando os instrumentos pactuados como ferramentas para construir e reconstruir as ações.

Alguns princípios gerais do sistema de avaliação do MPSF:

- a construção, a partir dos objetivos do curso e relacionado de maneira explícita à matriz de competência que orienta o currículo;
- a avaliação deve produzir informações claras sobre os processos de ensino e aprendizagem empreendidos, gerando evidências para docentes, discentes e coordenação do curso tomarem decisões adequadas e justas;
- o processo de avaliação é contínuo e permanente e tem como fundamentos a transparência e a justiça; o sistema de avaliação do curso opera em diferentes níveis, supondo o diálogo permanente entre os sujeitos envolvidos.

9.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA PESSOA DISCENTE

A avaliação das pessoas discentes é prioritariamente formativa, tem foco no processo de desenvolvimento de competência para atuar na Estratégia Saúde da Família, conforme matriz que orienta o currículo, e inclui também a dimensão somativa.

O sistema de avaliação discente no Programa abrange:

- I. Avaliações relativas às disciplinas;
- II. Avaliações relativas ao Exame de Qualificação;
- III. Avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM).

O curso está estruturado em disciplinas relacionadas às respectivas áreas de competência, cada uma das quais contendo diversos objetivos específicos. Esses objetivos serão alcançados através de variadas estratégias pedagógicas, que serão trabalhadas por docentes no curso.

Ao finalizar as atividades pedagógicas correspondentes a cada um dos objetivos de aprendizagem de uma disciplina, a pessoa docente responsável deve realizar a avaliação do processo de ensino e aprendizagem e entregar os registros de cada pessoa discente à pessoa coordenadora da disciplina. A avaliação ocorrerá em três dimensões:

- frequência mínima de 75% e participação nas atividades previstas para as disciplinas do curso;
- desempenho acadêmico: escala de 0 (zero) a 10 (dez), com mínimo de nota 7 (sete), ou em conformidade com a legislação de cada instituição nucleadora, das pessoas discentes nas avaliações das estratégias educacionais desenvolvidas nas disciplinas do curso;
- construção de um projeto de pesquisa que culminará no Trabalho de Conclusão do Mestrado (TCM), a ser defendido publicamente e avaliado por uma banca examinadora.

9.1.1. EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Consta da defesa do projeto de pesquisa ou intervenção elaborado no prazo máximo de 18 meses, sendo preferencialmente apresentado no primeiro ano do curso. As pessoas discentes realizarão defesa de projeto (qualificação) perante uma Comissão Examinadora, composta por três doutores, em que pelo menos um deve ser externo à nucleadora.

A avaliação se fará a partir dos seguintes critérios:

- se a pessoa discente dispõe de recursos técnicos, teóricos e metodológicos para a abordagem do objeto de estudo no desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- a amplitude e o profundidade de conhecimentos sobre o tema, bem como a capacidade crítica para analisar resultados de pesquisa e sintetizar tais elementos, nos domínios específicos de interesse.
- os aspectos éticos do projeto, com base nas orientações e normas estabelecidas para pesquisas que envolvem seres humanos, em conformidade com a Lei federal 14.874, de 28 de maio de 2024, e as respectivas resoluções (Brasil, 2024).

A avaliação compreenderá as seguintes modalidades de julgamento: aprovado ou reprovado. No caso de não aprovação do projeto, a pessoa discente terá nova oportunidade, no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da data da realização do primeiro exame.

9.1.2. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO MESTRADO (TCM)

O trabalho de conclusão poderá ser apresentado em diferentes formatos: dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos.

O TCM deverá obedecer às “Normas para Elaboração de Trabalho de Conclusão do Mestrado e Doutorado”, documento orientativo e normativo do Programa.

A obtenção do título de Mestre implica, ainda, na defesa pública do Trabalho de Conclusão do Mestrado (TCM) perante uma Comissão Examinadora indicada pela pessoa orientadora, com concordância da Coordenação do Curso, e constituída de 3 (três) membros portadores de grau de Doutor ou equivalente, entre os quais, no mínimo, um membro externo à nucleadora. O resultado da avaliação será expresso pela banca, mediante uma das seguintes menções: aprovado, aprovado com ressalvas, ou reprovado. No caso de aprovado com ressalvas, a ata de defesa deverá explicitar as

recomendações da banca examinadora. Após os ajustes, o trabalho deverá ser submetido à aprovação pela pessoa orientadora e/ou pela banca examinadora, sendo possível a reprovação no caso de não cumprimento das recomendações e ajustes solicitados.

9.2. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O programa é estruturado e regido, em aspectos gerais, pelos critérios de qualidade estabelecidos pelas legislações do Ministério da Educação – MEC, pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação e pelas normas das Instituições Nucleadoras.

O PPGSF utiliza estratégias de avaliação que incluem a autoavaliação e avaliação institucional. Este processo ocorre de forma contínua e em três ciclos:

- I. Ciclo do itinerário formativo: instrumentos de acompanhamento da pessoa ingressante e da pessoa egressa. O questionário da pessoa ingressante envolve perfil profissional e expectativas e da pessoa egressa sobre a qualidade do curso. Ambos em formato on-line.
- II. Ciclo de vivência do currículo: instrumentos de autoavaliação da pessoa discente ao final de cada disciplina; avaliação das disciplinas pelas pessoas discentes e avaliação do Curso. Ao final de cada disciplina, as pessoas discentes responderão a um questionário de avaliação, abordando os seguintes aspectos: estrutura geral do curso e da disciplina, objetivos de aprendizagens, estratégias educacionais, processos de avaliação, práticas docentes, aspectos éticos, clima entre os pares.
- III. Ciclo de produção técnica-científica e impacto na sociedade: instrumentos de avaliação do trabalho final e análise de casos de sucesso.

10. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. O. M. **O programa de saúde da família no Ceará**: uma análise de sua estrutura e funcionamento. Fortaleza, 1998. 220p. mimeografado.
- BARROWS, H.S. A taxonomy of problem-based learning methods. **Medical education**, [S.I.], v. 20, p. 481-
- 486, 1986. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. (Série E. Legislação em Saúde).
- BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Brasília: Presidência da República, 2024b. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023--2026/2024/lei/l14874.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.
- FIOCRUZ. **Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 17, de 28/12/2009**, Caderno do Especializando – Curso de Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MAMEDE, S.; PENAFORTE, J. (org.) **Aprendizagem Baseada em Problemas**: anatomia de uma nova abordagem. Fortaleza: Hucitec, 2001.
- MORAES, M.A.A.; MANZINI, E.J. Concepções sobre a Aprendizagem Baseada em Problemas: um estudo de caso na FAMEMA. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S. I.], v. 30, n. 3, p.125-135, 2006.
- VIANA, A. L. D.; DAL POZ, M. R. (coord.). Reforma do sistema de Saúde no Brasil e o programa de saúde da família. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.11-48, 1998.

11. ÍNDICE DE REVISÕES

Nº da Revisão	Texto Modificado (item, texto revisado c/ principais modificações)	Data da Revisão
00	-----	29/03/2012
01	Pag. 2- Instituições e dirigentes Pag. 3 – Coordenadores de nucleadoras Pag. 4 – Sumário Anexo 1 Anexo 2 Anexo 3 Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6	03/09/2014
02	Pag. 2- Instituições e dirigentes Pag. 3 – Coordenadores de nucleadoras Pag. 4 – Sumário Anexo 1 Anexo 2 Anexo 3 Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6	30/11/2017
03	Pag. 2- Instituições e dirigentes Pag. 3 – Coordenadores de nucleadoras Pag. 4 – Sumário Anexo 1 Anexo 2 Anexo 3 Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6	8/10/2020
04	Pag. 2- Instituições e dirigentes Pag. 3 – Coordenadores de nucleadoras Pag. 4 – Sumário 2.Linhas de pesquisa 6. Estrutura didático pedagógica 8. Desenho curricular e carga-horária Anexo 1 Anexo 2 Anexo 3 Anexo 4 Anexo 5 Anexo 6	29/02/2024
05	Todo documento	29/01/2026

ANEXO 1

INSTITUIÇÕES NUCLEADORAS E COLABORADORAS DO PPGSF RENASF

Nº	Instituições Nucleadoras
1.	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
2.	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia-Afro-Brasileira (UNILAB)
3.	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)
4.	Universidade Estadual do Ceará (UECE)
5.	Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
6.	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
7.	Universidade Federal do Ceará (UFC)
8.	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
9.	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
10.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
11.	Universidade Regional do Cariri (URCA)

Nº	Instituições Colaboradoras
1.	Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Ceará (ABEn-CE)
2.	Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
3.	Instituto de Educação Médica (IDOMED)
4.	Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
5.	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
6.	Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
7.	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
8.	Secretaria da Saúde do Ceará (SESA)
9.	Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza (SMS)

ANEXO 2

IDENTIFICAÇÃO DA COORDENAÇÃO GERAL E DOS COORDENADORES E VICE-COORDENADORES POR INSTITUIÇÃO NUCLEADORA

Coordenação Geral	
Instituição Nucleadora	Coordenadores e Vice coordenadores
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	<p style="text-align: center;">Coordenador Roberto Wagner Júnior Freire de Freitas E-mail: roberto.wagner@fiocruz.br</p> <p style="text-align: center;">Vice-coordenadora Sharmênia de Araújo Soares Nuto E-mail: sharmenia.nuto@fiocruz.br</p>
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	<p style="text-align: center;">Coordenador Roberto Wagner Júnior Freire de Freitas E-mail: roberto.wagner@fiocruz.br</p> <p style="text-align: center;">Vice-coordenadora Sharmênia de Araújo Soares Nuto E-mail: sharmenia.nuto@fiocruz.br</p> <p style="text-align: center;">Vice-coordenador Fiocruz Ceará Márcio Flávio Moura de Araújo E-mail: marcio.moura@fiocruz.br</p>
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	<p style="text-align: center;">Coordenador Jairo Domingos de Moraes E-mail: jairo@unilab.edu.br</p> <p style="text-align: center;">Vice-coordenadora Leidiane Minervina Moraes de Sabino E-mail: leidiane.sabino@unilab.edu.br</p>
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)	<p style="text-align: center;">Coordenadora Mara Cristina Ribeiro E-mail: mara.ribeiro@uncisal.edu.br</p> <p style="text-align: center;">Vice-coordenadora Kristiana Cerqueira Mousinho E-mail: kristiana.mousinho@uncisal.edu.br</p>
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	<p style="text-align: center;">Coordenadora Ana Patrícia Pereira Morais E-mail: anapatricia.morais@uece.br</p> <p style="text-align: center;">Vice-coordenador José Maria Ximenes Guimarães E-mail: jm_ximenes@hotmail.com</p>

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)	Coordenadora Maristela Inês Osawa Vasconcelos E-mail: miosawa@gmail.com
	Vice-coordenadora UVA - Sobral Maria Socorro de Araújo Dias E-mail: socorroad@gmail.com
	Vice-coordenadora UVA - Acaraú Eliany Nazare Oliveira E-mail: elianyy@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Coordenador Franklin Delano Soares Forte E-mail: franklinufpb@gmail.com
	Vice-coordenadora Luana Rodrigues de Almeida E-mail: luana.almeida2@academico.ufpb.br
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Coordenadora Jenifa Cavalcante dos Santos Santiago E-mail: jenifasantiago@ufc.br
	Vice-coordenadora Fabiane do Amaral Gubert E-mail: fabianegubert@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Coordenadora Isaura Letícia Tavares Palmeira Rolim E-mail: leticiaprolim@yahoo.com.br
	Vice-coordenadora UFMA - São Luís Elisângela Milhomen dos Santos E-mail: milhomem.elisangela@ufma.br
	Vice-coordenador UFMA - Imperatriz Marcelino Santos Neto E-mail: marcelino.santos@ufma.br

Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Coordenador Fernando José Guedes da Silva Júnior E-mail: fernandoguedes@ufpi.edu.br
	Vice-coordenadora Jaqueline Carvalho e Silva Sales E-mail: jaqueline-carvalho@uol.com.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Coordenadora Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos E-mail: paulafernandabb@hotmail.com
	Vice-coordenadora Tatyana Maria Silva de Souza Rosendo E-mail: tatyana.ufrn@hotmail.com

Universidade Regional do Cariri (URCA)	Coordenadora Evanira Rodrigues Maia E-mail: evanira.maia@urca.br
	Vice-coordenadora URCA - Crato Grayce Alencar de Albuquerque E-mail: grayce.alencar@urca.br
	Vice-coordenador URCA - Iguatu Antonio Germane Alves Pinto E-mail: germane.pinto@urca.br

ANEXO 3
DOCENTES CREDENCIADOS POR INSTITUIÇÃO NUCLEADORA

Instituição Nucleadora	Modalidade dos professores	Professores
Fundação Oswaldo Cruz (FOCRUZ)	P(*)	Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira-Meyer Ana Cláudia de Araújo Teixeira Emanoella Pessoa Angelim Guimarães Fernando Ferreira Carneiro Francisco Marto Leal Pinheiro Júnior Ivana Cristina de Holanda Cunha Barreto Janaína Rocha de Sousa Almeida Juliana Guimarães e Silva Lívia Moreira Barros Luciana Silvério Alleluia Higino da Silva Luiz Odorico Monteiro de Andrade Márcio Flávio Moura de Araújo Maximiliano Loiola Ponte de Souza Roberto Wagner Júnior Freire de Freitas Sharmênia de Araújo Soares Nuto Stella Maia Barbosa Vanira Matos Pessoa
	C(**)	Elaine Silva Nascimento Andrade Maria de Fátima Antero Sousa Machado
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)	P(*)	Ana Caroline Rocha de Melo Leite Andrea Gomes Linard Andressa Suelly Saturnino de Oliveira Anne Fayma Lopes Chaves Camila Chaves da Costa Daniel Freire de Sousa Emilia Soares Chaves Rouberte Eysler Gonçalves Maia Brasil Gilvan Ferreira Felipe Huana Carolina Cândido Morais Jairo Domingos de Moraes Jeferson Falcão do Amaral José Carlos Rodrigues do Nascimento Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete Leidiane Minervina Moraes de Sabino Monaliza Ribeiro Mariano Grimaldi Natasha Marques Frota Thiago Moura de Araújo
	P(*)	Alba Maria Bomfim de França Aline Carla Araújo Carvalho

Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL)		Amanda Cavalcante de Macêdo Ana Paula Rebelo Aquino Rodrigues Elaine Cristina Tôrres Oliveira Géssyca Cavalcante de Melo José Cláudio da Silva José Roberto de Oliveira Ferreira Juliane Cabral Silva Kristiana Cerqueira Mousinho Lucyo Wagner Torres de Carvalho Mara Cristina Ribeiro Maria Lucélia da Hora Sales Thiago José Matos Rocha Vanessa Fernandes de Almeida Porto
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	P(*)	Alice Maria Correia Pequeno Ana Patrícia Pereira Morais Ana Suelen Pedroza Cavalcante Ana Virginia Fialho Carlos André Moura Arruda Cidianna Emanuelly Melo do Nascimento Fernanda Jorge Magalhães Gisele Maria Melo Soares Arruda João Mário Pessoa Júnior José Maria Ximenes Guimarães Kilma Wanderlei Lopes Gomes Leidy Dayane Paiva de Abreu Maria Rocineide Ferreira da Silva Patrícia Freire de Vasconcelos Rodrigo Jacob Moreira de Freitas Saiwori de Jesus Bezerra dos Anjos Sherida Karanini Paz de Oliveira Tadeu Lucas de Lavor Filho
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)	C(**)	Ana Claudia de Souza Leite Liza Barreto Vieira
	P(*)	Andréa Carvalho Araújo Moreira Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas Eliany Nazaré Oliveira Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes Neto Izabelle Mont'alverne Napoleão Albuquerque Jacques Antônio Cavalcante Maciel John Carlos de Souza Leite José Jeová Mourão Netto José Reginaldo Parente Feijão Joyce Mazza Nunes Aragão

		Keila Maria de Azevedo Ponte Marques Marcos Aguiar Ribeiro Maria Adelane Monteiro da Silva Maria Conceição Coelho Brito Maria do Socorro Melo Carneiro Maria Eliana Peixoto Bessa Maria Sinara Farias Maria Socorro Carneiro Linhares Maria Socorro de Araújo Dias Maristela Inês Osawa Vasconcelos Niágara Vieira Soares Cunha Pollyanna Martins Pereira
	C(**)	Jônia Tírcia Parente Jardim Albuquerque Marcel Lima Cunha Paulo Regis Menezes Sousa
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	P(*)	Altamira Pereira da Silva Reichert Alynne Mendonça Saraiva Ana Suerda Leonor Gomes Leal Ardigleusa Alves Coelho Bruna Teixeira Ávila Cleyton Cézar Souto Silva Fábia Barbosa de Andrade Felipe Proenço de Oliveira Flávia Emilia Leite de Lima Ferreira Franklin Delano Soares Forte Gabriella Barreto Soares Geraldo Eduardo Guedes de Brito Heloisa Helena Pinho Veloso Jeferson Barbosa Silva João Euclides Fernandes Braga Jose da Paz Oliveira Alvarenga Luana Rodrigues de Almeida Luciana Figueiredo de Oliveira Maria Sueli Marques Soares Simone Alves de Sousa Talitha Rodrigues Ribeiro Fernandes Pessoa Waglânia de Mendonça Faustino Walleri Christini Torelli Reis
	C(**)	Fábio Luiz Cunha d' Assunção Lenilma Bento de Araújo Meneses Thais Teles de Souza
	V(***)	Ana Maria Gondim Valença
	P(*)	Alcínia Braga de Lima Arruda Ana Karine Macedo Teixeira Ana Paula Soares Gondim

Universidade Federal do Ceará (UFC)		Andrea Bezerra Rodrigues Andréa Silvia Walter de Aguiar Ângela Maria Alves e Souza Bernardo Diniz Coutinho Fabiane do Amaral Gubert Jênia Cavalcante dos Santos Santiago Manuela de Mendonça Figueirêdo Coelho Marcelo José Monteiro Ferreira Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro Mariana Cavalcante Martins Mariana Ramalho de Farias Marília Braga Marques Marli Teresinha Gimeniz Galvão Mary Anne Medeiros Bandeira Michell Ângelo Marques Araújo Neiva Francenely Cunha Vieira Paola Gondim Calvasina Patrícia Moreira Costa Collares Paulo Sérgio Dourado Arrais Renata de Sousa Alves Roberta Meneses Oliveira
Universidade Federal do Maranhão (UFMA – São Luís)	P(*)	Aline Sampieri Tonello Ana Helia de Lima Sardinha Aurean D'eña Júnior Bruno Luciano Carneiro Alves de Oliveira Deysianne Costa das Chagas Dorlene Maria Cardoso de Aquino Elisangela Milhomem dos Santos Ilana Mirian Almeida Felipe da Silva Isaura Letícia Tavares Palmeira Rolim Judith Rafaelle Oliveira Pinho Maria Teresa Seabra Soares de Britto e Alves Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança Paola Trindade Garcia Poliana Pereira Costa Rabêlo Rejane Christine de Sousa Queiroz Sally Cristina Moutinho Monteiro
Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Imperatriz)	P(*)	Adriana Gomes Nogueira Ferreira Ana Cristina Pereira de Jesus Costa Arlane Silva Carvalho Chaves Francisca Jacinta Feitoza de Oliveira Francisco Mayron Morais Soares Iolanda Graeppe Fontoura Janaina Miranda Bezerra Lívia Maia Pascoal Marcelino Santos Neto

		Maria Aparecida Alves de Oliveira Serra Maria Neyrian de Fátima Fernandes Roberta de Araújo e Silva Yara Naya Lopes de Andrade
	C(**)	Francisca Aline Arrais Sampaio Santos Ismália Cassandra Costa Maia Dias
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	P(*)	Bruna Karen Cavalcante Fernandes Cássio Eduardo Soares Miranda Chrystiany Plácido de Brito Vieira Edina Araújo Rodrigues Oliveira Emídio Marques de Matos Neto Fábio Solon Tajra Fernando José Guedes da Silva Júnior Francisca Tereza de Galiza Girzia Sammya Tajra Rocha Jaqueline Carvalho e Silva Sales José Cláudio Garcia Lira Neto Laura Maria Feitosa Formiga Maria Augusta Rocha Bezerra Olívia Dias de Araújo Osmar de Oliveira Cardoso Patrícia Ferreira de Sousa Viana Teresinha Soares Pereira Lopes Viriato Campelo
	C(**)	Ana Caroline Ramos de Brito Cinara Maria Feitosa Beleza Natália Pereira Marinelli
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	P(*)	Ana Carolina Patrício de Albuquerque Sousa Ana Kalliny de Sousa Severo Dannielly Azevedo de Oliveira Dany Geraldo Kramer Cavalcanti e Silva Eder Samuel Oliveira Dantas Elisângela Franco de Oliveira Cavalcante Ewerton William Gomes Brito Georgia Costa de Araujo Souza João Bosco Filho José Adailton da Silva Karla Patrícia Cardoso Amorim Lannuza Veríssimo e Oliveira Lyane Ramalho Cortez Maria Angela Fernandes Ferreira Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos Rafaela Bezerra Façanha Correia Severina Alice da Costa Uchoa

		Tatyana Maria Silva de Souza Rosendo Thiago Gomes da Trindade Túlio Romério Lopes Quirino Wanessa Cristina Tomaz dos Santos Barros
	C(**)	Angelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira Dixis Figueroa Pedraza Grácia Maria de Miranda Gondim
Universidade Regional do Cariri (URCA - Crato)	P(*)	Alissan Karine Lima Martins Célida Juliana de Oliveira Cícera Renata Diniz Vieira Silva Dayze Djanira Furtado de Galiza Elisangela Vilar de Assis Evanira Rodrigues Maia Fabiana Ferraz Queiroga Freitas Fabiana Lucena Rocha Francisco Elizaudo de Brito Junior Gislene Farias de Oliveira Grayce Alencar Albuquerque Joseph Dimas de Oliveira Marcelo Costa Fernandes Maria de Fátima Vasques Monteiro Maria do Socorro Vieira Lopes Maria Rosilene Cândido Moreira Milena Silva Costa Paulo Felipe Ribeiro Bandeira Rayrla Cristina de Abreu Temoteo Rosely Leyliane dos Santos Woneska Rodrigues Pinheiro
	C(**)	Rogério Sampaio de Oliveira Yana Paula Coêlho Correia Sampaio
Universidade Regional do Cariri (URCA - Iguatu)	P(*)	Antônio Germane Alves Pinto Açucena Leal de Araújo Anastácio Neco de Souza Filho Jameson Moreira Belém João Paulo Xavier Silva Kerma Márcia de Freitas Lucas Dias Soares Machado Naanda Kaanna Matos de Souza Olga Feitosa Braga Samyra Paula Lustosa Xavier Thayná Alves Bezerra
	C(**)	Francisco Fábio Bezerra de Oliveira Joyce Maria Leite e Silva

P(*) – Permanente

C(**) – Colaborador

V(***) – Visitante

ANEXO 4

MATRIZ E ATIVIDADES CURRICULARES DO MESTRADO

Atividades Curriculares do Mestrado Profissional em Saúde da Família - Renasf				
Linhas de Pesquisa/eixo Pesquisa	Disciplinas Obrigatórias/Mestrado	CH	Disciplinas Optativas do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PPGSF) - Renasf	CH
Linha: Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família	Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família	60	Vigilância em Saúde	30
			Avaliação na Atenção Primária à Saúde	30
			Gestão em Saúde da Família	45
			Sistemas Universais de Saúde em APS	30
Linha: Educação na Saúde	Educação na Saúde	45	Vivência de Ensino na ESF	30
			Estudos Avançados em Educação na Saúde	30
Linha: Promoção da Saúde	Promoção da Saúde	45	Educação em Saúde	30
Eixo: Pesquisa	Seminário Introdutório do Mestrado	30	Epidemiologia	30
	Seminario Acompanhamento I	15	Bioestatística	45
	Seminario Acompanhamento II	15	Referenciais Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Qualitativa	30
	Metodologia do Trabalho Científico	60	Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa	45
	Inovação e Desenvolvimento de Produtos Técnicos e Tecnológicos em Saúde Coletiva	30	Redação e Divulgação Científica	45
			Translação do Conhecimento	15
	Subtotal de disciplinas obrigatórias	300		
	Subtotal de disciplinas optativas	105		
	Subtotal Disciplinas	405		
	Qualificação	60		
	Dissertação	240		
	Atividades complementares	30		
	Subtotal de outras atividades curriculares obrigatórias	330		
	Total de atividades curriculares obrigatórias	735		

ANEXO 5

MATRIZ E ATIVIDADES CURRICULARES DO PROGRAMA MESTRADO E DOUTORADO

Linhas de Pesquisa/eixo Pesquisa	Atividades Curriculares do Mestrado Profissional em Saúde da Família - Renasf		Atividades Curriculares do Doutorado Profissional em Saúde da Família - Renasf		Disciplinas Optativas do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PPGSF) - Renasf	CH
	Disciplinas Obrigatórias/Mestrado	CH	Disciplinas Obrigatórias/Doutorado	CH		
Linha: Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família	Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família	60	Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família	60	Vigilância em Saúde	30
			Estudos Avançados em Saúde da Família	45	Avaliação na Atenção Primária à Saúde	30
					Gestão em Saúde da Família	45
					Sistemas Universais de Saúde em APS	30
Linha: Educação na Saúde	Educação na Saúde	45	Educação na Saúde	45	Vivência de Ensino na ESF	30
					Estudos Avançados em Educação na Saúde	30
Linha: Promoção da Saúde	Promoção da Saúde	45	Promoção da Saúde	45	Educação em Saúde	30
Eixo: Pesquisa	Seminário Introdutório do Mestrado	30	Seminário Introdutório do Doutorado	30	Epidemiologia	30
	Seminario Acompanhamento I	15	Bases Epistemológicas da Saúde Coletiva	30	Bioestatística	45
	Seminario Acompanhamento II	15	Liderança em Pesquisa na Atenção Primária em Saúde	30	Referenciais Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Qualitativa	30
	Metodologia do Trabalho Científico	60	Inovação e Desenvolvimento de Produtos Técnicos e Tecnológicos em Saúde Coletiva	30	Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa	45
	Inovação e Desenvolvimento de Produtos Técnicos e Tecnológicos em Saúde Coletiva	30			Redação e Divulgação Científica	45
					Translação do Conhecimento	15
Subtotal de disciplinas obrigatórias		300	Subtotal de disciplinas obrigatórias	315		
Subtotal de disciplinas optativas		105	Subtotal de disciplinas optativas	180		
Subtotal Disciplinas		405	Subtotal Disciplinas	495		
Qualificação		60	Qualificação	120		
Dissertação		240	TCD	270		
Atividades complementares		30	Atividades complementares	45		
			Comissão de Acompanhamento	30		
Subtotal de outras atividades curriculares obrigatórias		330	Subtotal de outras atividades curriculares obrigatórias	465		
Total de atividades curriculares obrigatórias		735	Total de atividades curriculares obrigatórias	960		

CH – Carga horária, em horas.

ANEXO 6

DISCIPLINAS DO MESTRADO COM CARGA HORÁRIA, CRÉDITOS, EMENTAS E BIBLIOGRAFIA, POR LINHAS DE PESQUISA E EIXO DE PESQUISA

LINHA: ATENÇÃO E GESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE DA FAMÍLIA

- Disciplina Obrigatória Mestrado e Doutorado:** Atenção e Gestão do Cuidado em Saúde da Família
- Disciplinas Optativas do Programa:** Vigilância em Saúde; Avaliação na Atenção Primária à Saúde; Gestão em Saúde da Família; Sistemas Universais de Saúde em APS.

ATENÇÃO E GESTÃO DO CUIDADO EM SAÚDE DA FAMÍLIA	
Carga-horária:	60 h/a
Créditos:	4.0
Ementa:	Estudo das bases históricas e epistemológicas do campo da Saúde da Família. Modelos técnicos-assistenciais e organização do processo de trabalho na Estratégia Saúde da Família. Família e relações familiares. Diretrizes e princípios da Política Nacional de Humanização. Equidade, integralidade do cuidado, compartilhamento do cuidado na Rede de Atenção à Saúde. Gestão do cuidado e das respectivas dimensões. Ferramentas de abordagem familiar e comunitária. Clínica ampliada na Estratégia Saúde da Família. Trabalho em equipe e interprofissional.
Referências	<p>AYRES, J. R. C. M. Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: CEPESC; UERJ/IMS; ABRASCO, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN – uma política do SUS. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – PNSIPN – uma política do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. 4. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa – Co-gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O HumanizaSUS na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério</p>

- da Saúde, 2004. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- CAMPOS, G. W. S. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria Paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: MINAYO, M. C. S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 53–92.
- CECILIO, L. C. O. Apontamentos teórico-conceituais sobre processos avaliativos considerando as múltiplas dimensões da gestão do cuidado em saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 589–599, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832011000200021>.
- CHAPADEIRO, C. A.; ANDRADE, H. Y. S.; ARAÚJO, M. R. N. **A família como foco da atenção básica à saúde**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2012. 100 p. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3911.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- COSTA, E. L. P. Os diversos modelos de família no Brasil e suas diferenciações. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S.I.], v. 9, n. 5, p. 2356–2374, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.9986>.
- DUNCAN, B. B. et al. **Medicina ambulatorial**: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- FERTONANI, H. P. et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1869–1878, jun. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000601869. Acesso em: 20 jun. 2025.
- FERNANDES, C. L. C.; CURRA, L. C. D. Ferramentas de abordagem da família. **Programa de atualização de medicina de família e comunidade**. Porto Alegre: Artmed/Panamericana, 2006.
- GIOVANELLA, L. Atenção primária à saúde seletiva ou abrangente? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, supl. 1, p. s21–s23, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001300005>.
- GIOVANELLA, L.; FRANCO, C. M.; ALMEIDA, P. F. Política Nacional de Atenção Básica: para onde vamos? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1475–1482, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000401475. Acesso em: 20 jun. 2025.
- GUSSO, G.; LOPES, J. M. C.; DIAS, L. C. (Orgs.). **Tratado de medicina de família e comunidade**: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 108–125, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282006000200008. Acesso em: 20 jun. 2025.
- LEAL, M. C. et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 1, jul. 2017.
- LEITE, Á. J. M.; CAPRARA, A.; COELHO FILHO, J. M. (orgs.). **Habilidades de comunicação com pacientes e famílias**. São Paulo: Sarvier, 2007.
- MALTA, D. C.; MERHY, E. E. O percurso da linha do cuidado: sob a perspectiva das doenças crônicas não transmissíveis. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 14, n. 34, p. 593–606, 2010.
- MARTINS, J. S.; ABREU, S. C. C.; QUEVEDO, M. P.; BOURGET, M. M. M. Estudo comparativo entre Unidades de Saúde com e sem Estratégia Saúde da Família por meio do PCATool. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, [S.I.], v. 11, n. 38, p. 1–13, 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc11\(38\)1252](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc11(38)1252).
- MELO, M. V. S. et al. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: análise de sua implantação em município de grande porte do nordeste brasileiro. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 26, p. e220358, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/phyisis/a/mbGRR3mrkpFTzbYHKHB8rDL/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde**. Brasília: OPAS, 2011.
- MOROSINI, M. V. G. C.; CORBO, A. D. **Modelos de atenção e a saúde da família**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.
- NUNES, M. R. P. T. M.; RIBEIRO, M. T. A. M. Planejamento, monitoramento e avaliação da atenção domiciliar. In: SAVASSI, L. C. M. et al. **Tratado de atenção domiciliar**. Santana de Parnaíba: Manole, 2022. Seção 2, cap. 4, p. 136–147.

- PASCHE, D. F. Cinco anos da Política Nacional de Humanização: trajetória de uma política pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4541–4548, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v16n11/a27v16n11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- PEDUZZI, M. O SUS é interprofissional. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 199–201, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0383>.
- PINTO, D. M. et al. Projeto terapêutico singular na produção do cuidado integral: uma construção coletiva. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 493–502, 2011.
- REEVES, S. Why we need interprofessional education to improve the delivery of safe and effective care. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 185–197, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0092>.
- SAVASSI, L. C.; LAGE, J. L.; COELHO, F. L. Sistematização de um instrumento de estratificação de risco familiar: Escala de risco familiar de Coelho-Savassi. **Journal of Management & Primary Health Care**, [S.I.], v. 3, n. 2, p. 179–185, 2012.
- SILVA JUNIOR, A. G. **Modelos tecnoassistenciais em saúde**: o debate no campo da Saúde Coletiva. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- SILVA JUNIOR, A. G.; ALVES, C. A. Modelos assistenciais em saúde. In: MOROSINI, M. V. G. C.: **CORBO, A. D. (orgs.). Modelos de atenção e a saúde da família**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 1–15.
- SILVA JUNIOR, A. G.; ALVES, C. A.; PIRES, A. C. Modelagem tecnoassistencial em saúde no Brasil. In: ALMEIDA, M. J. et al. (orgs.). **Educação médica**: gestão, cuidado, avaliação. São Paulo: Hucitec, 2011. p. 83–98.
- TESSER, C. **Acesso e acolhimento às demandas dos usuários na APS**. Texto apresentado no Seminário Preparatório do Abrascão 2018, UFSC, 2018.
- TRAD, L. A. B.; ESPERIDIÃO, M. A. Sentidos e práticas da humanização na Estratégia de Saúde da Família: a visão de usuários em seis municípios do Nordeste. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1099–1117, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/mbCRR3mrkpFTzbYHKHB8rDL/>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- WERNECK, J. et al. **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras (mimeo), 2013.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Carga-horária: 30 h/a
Créditos: 2.0
Ementa: Conceitos de vigilância em saúde. Vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental, vigilância em saúde do trabalhador e vigilância popular. Estratégias de vigilância e roteiro de investigação. Situação de saúde e qualidade da informação. Principais sistemas de informação em saúde. Os caminhos da vigilância e as perspectivas diante de grupos historicamente vulnerabilizados.
Referências BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia de vigilância em saúde: volume 1 [recurso eletrônico]. 6. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 3 v. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_6edrev_v1.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025. BRASIL. Política Nacional de Vigilância em Saúde . Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/politica-nacional-de-vigilancia-em-saude . Acesso em: 15 jun. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. e-SUS SINAN : manual de instruções [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 77 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/esus_sinan_manual_instrucoes.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025.

COSTA, J. O. et al. **Saúde coletiva**: tendências para vigilância em saúde. p. 20. Disponível em: https://www.homeeditora.com/_files/ugd/f36809_6cec7aff4855475c915e3048228ec92d.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

CRUZ, D. M. O. et al. Inteligência epidemiológica, investimento em tecnologias da informação e as novas perspectivas para o uso de dados na vigilância em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, p. e00160523, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/XcKQHCGyGc3b6zbzVRtbyBx/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

GONDIM, G. M. M. (org.). **Técnico de vigilância em saúde**: contexto e identidade. Volume 1. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MENESES, M. N. et al. Práticas de vigilância popular em saúde no Brasil: revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 2553–2564, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023289.13542022>.

OLIVEIRA, S. S. et al. Vigilância popular em saúde: conceitos, experiências e desafios no contexto brasileiro. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 28, p. e240304, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.240304>.

PAOLUCCI, R.; PEREIRA NETO, A.; NADANOVSKY, P. Avaliação da qualidade da informação de saúde na internet: indicadores de acurácia baseados em evidência para tuberculose. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 46, n. 135, p. 931–973, out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213501>.

PINTO, I. V. et al. Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil, 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.I.], v. 23, supl. 01, e200006. SUPL.1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200006.supl.1>.

QUITES, H. F. O. et al. O uso da informação em saúde no processo decisório da gestão municipal em Minas Gerais. **Saúde e Pesquisa**, [S.I.], v. 15, n. 1, p. 1–14, 2022.

RACHID, R. et al. Saúde digital e a plataformaização do Estado brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 2143–2153, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023287.14302022>.

RIBEIRO, F. S. N.; PINHEIRO, T. M. M. A Epidemiologia e a área de Saúde do Trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.I.], v. 49, p. edepi18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/20322pt2024v49edepi18>.

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Rouquayrol**: epidemiologia e saúde. Rio de Janeiro: Medbook, 2021.

TENÓRIO FILHO, L. et al. **Sistemas de informação em saúde: um estudo dos processos de registro, integração e recuperação da informação das bases SISAB e e-SUS-AB**. 2022. Disponível em: <http://www.repository.ufal.br/jspui/handle/123456789/10595>. Acesso em: 15 jun. 2025.

TEIXEIRA, C. F. Desafios da Vigilância em Saúde no momento atual. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022357, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/rYthhyZSMy7NmyTKKpt8TK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

AVALIAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Carga-horária: 30 h/a

Créditos: 2.0

Ementa:

Aportes teóricos e metodológicos da avaliação em saúde aplicados na Atenção Primária à Saúde no Brasil. Interfaces entre planejamento e avaliação na APS. Modelos, técnicas e instrumentos na Avaliação na APS. Experiências de avaliação, métodos e resultados.

Referências

- AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. 312 p.
- AKERMAN, M.; FURTADO, J. P. **Práticas de avaliação em saúde no Brasil: diálogos**. Porto Alegre: Rede Unida; UFPB, 2015.
- AKERMAN, M.; NADANOVSKY, P. Avaliação dos serviços de saúde – avaliar o quê? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 361–365, 1992.
- ALELUIA, I.R.S.; MEDINA, M. G.; ALMEIDA, P. F.; VILASBÔAS, A. L. Q. Coordenação do

cuidado na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em município sede de macrorregião do nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1845–1856, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Pwr3vbLR4j66OFj96kXsTWd/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

AQUINO, E. M. L. Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 229–231, jan. 2006. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xzdnf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BAÑEZ, N.; ELIAS, P. E. M.; SEIXAS, P. H. D. **Política e gestão pública em saúde**. São Paulo: Hucitec; Cealag, 2011.

BODSTEIN, R. Atenção básica na agenda da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 401–412, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Fbcs8xqtzP33kdBFPrXt4XK/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual instrutivo do PMAQ para as equipes de Atenção Básica (Saúde da Família, Saúde Bucal e equipes parametrizadas) e NASF**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_instrutivo_pmaq_atencao_basica.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Manual do Instrumento de Avaliação da Atenção Primária à Saúde: PCATool-Brasil – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Pcatool_2020.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-executiva. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. **PNASS: Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnass_programa_nacional_avaliacao_servicos.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

CAMPOS, C. E. A. Estratégias de avaliação e melhoria contínua da qualidade no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S.I.], v. 5, supl. 1, p. S63–S69, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/D9kCzvLzMrmXwyXTwKRkp7g/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CAMPOS, R. O.; FURTADO, J. P. **Desafios da avaliação de programas e serviços de saúde: novas tendências e questões emergentes**. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

CASTANHEIRA, E. R. L. et al. Avaliação de serviços de Atenção Básica em municípios de pequeno e médio porte no estado de São Paulo: resultados da primeira aplicação do instrumento QualiAB. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 38, n. 103, p. 679–691, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/G7KknJ7WcxXHwy8WGZb39Nj/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CASTANHEIRA, E. R. L. et al. (org.). **Caderno de boas práticas para organização dos serviços de atenção básica: critérios e padrões de avaliação utilizados pelo Sistema QualiAB**. Botucatu: UNESP-FM, 2016. Disponível em: <http://www.abasica.fmb.unesp.br/doc/CADERNO.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CEARÁ. **Projeto QualificaAPSUS Ceará: qualificando a Atenção Primária no Ceará (Escopo do projeto)**. Fortaleza: Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/qualificaapsus_escopo_13_05_2017.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

COELHO, K. T. R. **Avaliação da formulação do Programa Previne Brasil: o novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde**. 2020. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas) – Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/trabalhos-pos-graduacao/pdfs/AVALIAÇÃO%20DA%20FORMULAÇÃO%20DO%20PROGRAMA%20PREVI%20NE%20BRASIL%20O%20Novo%20Modelo%20de%20Financiamento%20da%20Atenção%20>

- OPri.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1998. 312 p.
- CONTANDRIOPoulos, A. et al. A avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. (org.). **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. p. 29–48. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3zcft/pdf/hartz-9788575414033.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- D'AVILA, O. P. et al. The use of the Primary Care Assessment Tool (PCAT): an integrative review and proposed update. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 855–865, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28300993/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- DE FIGUEIREDO, R. C. et al. Avaliação da atenção primária em saúde no Brasil: principais características, limitações e potencialidades entre PMAQ e PCATool. **Research, Society and Development**, [S.I.], v. 11, n. 1, p. e29311124395, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i1.24395>.
- DENIS, J. L.; CHAMPAGNE, F. Análise de implantação. In: HARTZ, Z. M. A. (org.). **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática da implantação de programas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. p. 49–88. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3zcft/pdf/hartz-9788575414033.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- DONABEDIAN, A. Evaluating the quality of medical care. **Milbank Quarterly**, [S.I.], v. 83, n. 4, p. 691–729, 2005. DOI: 10.1111/j.1468-0009.2005.00397.x.
- DONABEDIAN, A. The assessment of technology and quality. **International Journal of Technology Assessment in Health Care**, [S.I.], v. 4, p. 487–496, 1988. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10291096/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- DONABEDIAN, A. The seven pillars of quality. **Archives of Pathology & Laboratory Medicine**, [S.I.], v. 114, p. 1115–1118, 1990. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/2241519/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- FACCHINI, L. A.; TOMASI, E.; DILÉLIO, A. S. Qualidade da Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 42, supl. 1, p. 208–223, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/TmzJ4T4MkCxFxbxpxTFXJsd/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- FELISBERTO, E. Da teoria à formulação de uma Política Nacional de Avaliação em Saúde: reabrindo o debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 553–563, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26441202>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- FIGUEIRÓ, A. C. et al. Avaliação em saúde: conceitos básicos para a prática nas instituições. In: FIGUEIRÓ, A. C.; FRIAS, P. G. (org.). **Avaliação em saúde**: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010. p. 1–13.
- FRACOLLI, L. A. et al. Instrumentos de avaliação da Atenção Primária à Saúde: revisão de literatura e metassíntese. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4851–4860, 2014. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320141912_00572014.
- FURTADO, J. P. Avaliação de programas e serviços de saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (org.). **Tratado de saúde coletiva**. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, 2014. p. 765–794. Disponível em: <https://professor-ruas.yolasite.com/resources/Tratado%20de%20Saude%20Coletiva.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- FURTADO, J. P. Um método construtivista para a avaliação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 165–181, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PMw3HTMsmxzHLsJYWYdS6Bp/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- HARTZ, Z. M. A. Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico-metodológicas e políticas institucionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 341–353, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gwZSxVfbmgQ8zp5p5CyLRwz/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- HARTZ, Z. M. A. **Avaliação em saúde**. Verbete. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/avasau.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- HARTZ, Z. M. A. Institucionalizar e qualificar a avaliação: outros desafios para a atenção básica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 401–412, 2002.
- HARTZ, Z. M. A. Princípios e padrões em metaavaliação: diretrizes para os programas de

- saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 733–738, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/R435ZsDCpxYg4D5cdmk8wsj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- HOFFMAN, J. **Pontos & contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. 152 p.
- LINS, T. S.; SOARES, F. J. P.; COELHO, J. A. P. de M. Avaliação dos atributos em Atenção Primária à Saúde no estágio em saúde da família. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S.I.], v. 40, n. 3, p. 355–363, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/HNX3wWwtsFjKqZkbmxsGw9G/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 1181–1188, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YXgjT56kHyPXDtW4TqVLFMg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- MENDES, A.; FERNANDES, L. Institucionalização da avaliação e monitoramento da Atenção Primária à Saúde no SUS: contribuições para uma agenda estratégica de pesquisa. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 48, supl. 2, p.e9249, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/TnMsmDFwMk5ffXYnrzVq53Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- MENDONÇA, K. M. P. P.; GUERRA, R. O. Desenvolvimento e validação de um instrumento de medida de satisfação do paciente com a fisioterapia. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [S.I.], v. 11, n. 5, p. 369–376, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/4zp6P4NvFRYSkdtscft5Md/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- NOVAES, H. M. D. Avaliação de programas, serviços e tecnologias em saúde. **Revista de Saúde Pública**, [S.I.], v. 34, n. 5, p. 547–559, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/6bwNKdzy7QdbsFxVnmzy93y/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- PAIM, J. S. Planejamento em saúde para não especialistas. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Fiocruz, 2014. p. 827–844. Disponível em: <https://professor-ruas.yolasite.com/resources/Tratado%20de%20Saude%20Coletiva.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- PATTON, M. Q. **Practical evaluation**. Beverly Hills: Sage Publications, 1982. 327 p.
- PEDROSA, J. I. S. Perspectivas na avaliação em promoção da saúde: uma abordagem institucional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 617–626, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/g6XYWBFBhffvyRw5shZ7MGH/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- PRATES, M. L. et al. Desempenho da Atenção Primária à Saúde segundo o instrumento PCATool: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1881–1893, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5zGdSvDpLWRtqSyHqmWnqDF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SANTOS, F. P.; MERHY, E. E. A regulação pública da saúde no Estado brasileiro – uma revisão. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 25–41, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/BxMnXJMCn8J5TBWnxPg4Rbm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SILVA, J. M.; CALDEIRA, A. P. Avaliação para melhoria da qualidade da Estratégia Saúde da Família e a qualificação profissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 95–108, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/R5MSLy7LWsLk4yFqKnObXjk/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SILVA, L. M. V. Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde. In: HARTZ, Z. M. A.; SILVA, L. M. V. (org.). **Avaliação em saúde**: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 15–39. DOI: 10.7476/9788575415160.
- SILVA, L. M. V.; FORMIGLI, V. L. Avaliação em saúde: limites e perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 80–91, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G36Dy7mLnQd6WttXQ8Jv5ZQ/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun.

- 2025.
- SILVA, L. M. V. Avaliação do processo de descentralização das ações de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 331–339, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/qhSrzWNCDwXNYIDtKCHpDDy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SOUSA, A. N. Monitoramento e avaliação na atenção básica no Brasil: a experiência recente e desafios para a sua consolidação. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 42, n. spe1, p. 289–301, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Zwp65kZ9j4gzMOFBHZgLnwf/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- TANAKA, O. Y.; TAMAKI, E. M. O papel da avaliação para a tomada de decisão na gestão de serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 821–828, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jPGmmcBncYzk36SvvvC3bjz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- TOMASI, E.; NEDEL, F. B.; BARBOSA, A. C. Q. Avaliação, monitoramento e melhoria da qualidade na APS. **APS em Revista**, [S.I.], v. 3, n. 2, p. 131–143, 2021. DOI: 10.14295/aps.v3i2.208.
- TRAD, L. A. B. et al. Estudo etnográfico da satisfação do usuário do Programa de Saúde da Família (PSF) na Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 581–589, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bQGft7CvbfMvNzdvTHYV69L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1561–1569, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/jsNy8jWBKbwmggFOM6t5DHO/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- UCHÔA, S. A. C. et al. Inovação e utilidade: Avaliação Externa do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 42, p. 100–113, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/KkpRMWqJfbbPgQwFkVyFtvR/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- VIEIRA DA SILVA, L. M. Conceitos, abordagens e estratégias para a avaliação em saúde. In: VIEIRA DA SILVA, L. M.; HARTZ, Z. M. A. (org.). **Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde**. Rio de Janeiro; Salvador: Fiocruz; EDUFBA, 2005. p. 15–39. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/xzdnf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- VILLALBÍ, J. R. et al. Evaluación de la atención primaria de salud. **Atención Primaria**, [S.I.], v. 31, n. 6, p. 382–385, 2003. DOI: 10.1016/s0212-6567(03)70703-3.

GESTÃO EM SAÚDE DA FAMÍLIA

Carga-horária: 45 h/a

Créditos: 3.0

Ementa:

Estudos dos referenciais teóricos da Administração Pública aplicada à saúde. Modelos contratuais e a relação público-privada na Atenção Primária à Saúde/Estratégia Saúde da Família. Modelos de Gestão em Saúde da Família – gestão estratégica, cogestão, gestão participativa e apoio institucional. Sujeitos, subjetividade e gestão na saúde da família. Gestão da Atenção primária e coordenação/regulação do cuidado em rede. Gestão da Atenção Primária e promoção da equidade em saúde. Competências gerenciais na estratégia saúde da família. Financiamento da Atenção Primária à Saúde e a produção do cuidado. Planejamento como tecnologia de gestão em saúde da família.

Referências

ALBUQUERQUE, I. M. N. et al. Gerenciamento na Estratégia Saúde da Família: processo de validação para avaliação de competências. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 36, p.eAPE00532, 2023. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2023AO00532>.

ARAÚJO, C. E. L.; PONTES, R. J. S. Constituição de sujeitos na gestão em saúde: avanços e desafios da experiência de Fortaleza (CE). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 2357–2365, 2012.

- BAZZO-ROMAGNOLI, A. P.; GIMENEZ-CARVALHO, B.; ALMEIDA-NUNES, E. F. P. Gestão de unidade básica de saúde em municípios de pequeno porte: instrumentos utilizados, facilidades e dificuldades relacionadas. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, Bogotá (Colombia), v. 13, n. 27, p. 168–180, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- CAMPOS, G. W. S. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar o trabalho em equipes de saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (org.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.p.229–266.
- CAMPOS, G. W. S. **Um método para análise e cogestão de coletivos**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paidéia**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- CAMPOS, G. W. S.; GUERRERO, A. V. P. (org.). **Manual de práticas de atenção básica: saúde ampliada e compartilhada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- CARDOSO, A. C. C. Elementos construtores do planejamento participativo para as equipes de Saúde da Família. In: SOUZA, M. F.; FRANCO, M. S.; MENDONÇA, A. V. M. (org.). **Saúde da Família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos no espelho do futuro**. Campinas (SP): Saberes Editora, 2014. p.383–414.
- CARVALHO, S. R.; CUNHA, G. T. A gestão da atenção na saúde: elementos para se pensar a mudança da organização na saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 903–934.
- CASTRO, A. L. B.; MACHADO, C. V.; LIMA, L. D. Financiamento da Atenção Primária à Saúde no Brasil. In: MENDONÇA, M. H. M. et al. (org.). **Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, pesquisas e práticas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. p.73–93.
- CECÍLIO, L. C. O. A Atenção Básica à Saúde e a construção das redes temáticas de saúde: qual pode ser o seu papel? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 2893–2902, 2012.
- CECÍLIO, L. C. O. et al. O agir leigo e o cuidado em saúde: a produção de mapas de cuidado. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 7, p. 1502–1514, 2014.
- CLEMENTE, M. P.; PINTO, A. G. A.; MARTINS, A. K. L. Gestão participativa na Estratégia Saúde da Família: reorientação da demanda à luz do Método Paideia. *Saúde em Debate*, São Paulo, v. 45, n. 129, p. 315–326, 2021.
- COSTA, A. M.; LIONÇO, T. Democracia e gestão participativa: uma estratégia para a equidade em saúde? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 47–55, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902006000200006>.
- FERNANDES, L. C. L.; MACHADO, R. Z.; ANSCHAU, G. O. Gerência de serviços de saúde: competências desenvolvidas e dificuldades encontradas na atenção básica. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 1541–1552, 2009.
- FERREIRA, S. C. C.; MONKEN, M. (org.). **Gestão em saúde: contribuições para análise da integralidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.
- FLEURY, S.; OUVERNEY, A. M. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- IBAÑEZ, N.; VECINA NETO, G. Modelos de gestão e o SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 1831–1840, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000700006>.
- JUNGES, J. R.; BARBIANI, R.; ZOBOLI, E. L. C. P. Planejamento estratégico como exigência ética para a equipe e a gestão local da Atenção Básica em Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 265–274, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0331>.
- MARQUES, A. N. T. et al. Health regulation: demand and challenges of the family health strategy in an inland municipality of the State of Ceará, Brazil. *Acta Scientiarum. Health Sciences*, [S.I.], v. 45, n. 1, e61301, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihealthsci.v45i1.61301>.
- MASSUDA, A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4,

- p. 1181–1188, 2020.
- MATUS, C. **Política, planejamento e governo**. 3. ed. Brasília: IPEA, 1993. (Tomo II).
- MENDES, Á.; CARNUT, L.; GUERRA, L. D. S. Reflexões acerca do financiamento federal da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 42, supl. 1, p. 224–243, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s115>.
- MENDES, A.; MELO, M. A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p.e00164621, 2022.
- MENDES, M. K. et al. Competências de gestores da atenção básica: uma revisão integrativa. **Revista CeSec**, [S.I.], v. 14, n. 12, p. 20923–20948, 2023.
- MENDONÇA, M. H. M. et al. (org.). **Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.
- MERHY, E. E. et al. (org.). **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MIRANDA, A. S. A gestão de equipes da Estratégia Saúde da Família. In: SOUZA, M. F.; FRANCO, M. S.; MENDONÇA, A. V. M. (orgs.). **Saúde da Família nos municípios brasileiros: os reflexos dos 20 anos no espelho do futuro**. Campinas (SP): Saberes Editora, 2014. 952p.
- NONATO, L. O. F. et al. Estratégias de gerenciamento na Atenção Primária à Saúde em territórios de vulnerabilidade social expostos à violência. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, e03608, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018054903608>.
- PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, [S.I.], v. 45, n. 1, p. 36–49, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005>.
- PEITER, C. C.; LANZONI, G. M. M. O.; OLIVEIRA, W. F. Regulação em saúde e promoção da equidade: o Sistema Nacional de Regulação e o acesso à assistência em um município de grande porte. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 40, n. 111, p. 63–73, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-110420161105>.
- PENEDO, R. M.; CONÇALO, C. S.; QUELUZ, D. P. Gestão compartilhada: percepções de profissionais no contexto de Saúde da Família. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 23, e170451, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.170451>.
- SANTOS, N. R.; AMARANTE, P. D. C. (orgs.). **Gestão pública e relação público-privado na saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010. Disponível em: <http://idisca.org.br/img/File/GC-2010-RL-LIVRO%20CEBES-2011.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SILVA, S. F. **Redes de atenção à saúde: desafios da regionalização no SUS**. Campinas: Saberes Editora, 2013.
- SHIMIZU, H. E.; MARTINS, T. O. O apoio institucional como método de análise-intervenção na Atenção Básica no Distrito Federal, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 18, p. 1077–1087, 2014.
- TESTA, M. **Pensar em saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- TESTA, M. **Pensamento estratégico e a lógica da programação: o caso da saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- VILAÇA, E. M. **Desafios do SUS**. Brasília: CONASS, 2019.
- XIMENES NETO, F. R. G.; SAMPAIO, J. J. C. Análise do processo de trabalho dos gerentes no território da Estratégia Saúde da Família. **Revista Gerencia y Políticas de Salud**, Bogotá (Colômbia), v. 11, n. 22, p. 76–91, 2012.

SISTEMAS UNIVERSAIS DE SAÚDE EM APS	
Carga-horária: 30 h/a	
Créditos: 2.0	
Ementa:	Análise reflexiva e crítica dos sistemas de saúde universais baseados na atenção primária à saúde, no cenário global. Sistemas de saúde baseados na APS e desafios políticos, econômicos, sociais, históricos, institucionais, culturais e de gestão do trabalho em saúde no contexto da globalização da economia e da mercantilização da saúde. Correntes de APS existentes e as perspectivas de reorientação dos modelos de atenção na lógica da determinação social da saúde, da equidade e da promoção da saúde.
Referências	

- ALMEIDA, P. F.; OLIVEIRA, S. C.; GIOVANELLA, L. Integração de rede e coordenação do cuidado: o caso do sistema de saúde do Chile. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2213-2228, 2018.
- ANDRADE, L. O. M.; BUENO, I. C. H. C.; BEZERRA, R. C. Atenção Primária à Saúde e Estratégia Saúde da Família. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.783-836.
- ANDRADE, L. O. M. et al. Social determinants of health, universal health coverage, and sustainable development: case studies from Latin American countries. **The Lancet**, EUA, v. 385, n. 9975, p. 1343-1351, 2015.
- BUSS, P. M.; LABRA, M. E. **Sistemas de saúde:** continuidades e mudanças. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- CANEDESI JUNIOR, M. A. et al. (org.). **A constante formação dos sistemas de saúde na América do Sul:** características históricas, geopolíticas, sociais e de Saúde Pública. Senador Pompeu: UNISV, 2023.
- CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). Em defesa do direito universal à saúde: saúde é direito e não negócio. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 38, n. 101, p. 194-199, 2014.
- COELHO, I. B. Democracia sem equidade: um balanço da reforma sanitária e dos dezenove anos de implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 171-183, 2010.
- CONIL, E. M. Sistemas comparados de saúde. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p.563-613.
- CONILL, E. M.; FAUSTO, M. C. R.; GIOVANELLA, L. Contribuições da análise comparada para um marco abrangente na avaliação de sistemas orientados pela atenção primária na América Latina. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S.I.], v. 10, supl. 1, p. S15-S27, 2010.
- GIOVANELLA, L. A atenção primária à saúde nos países da União Europeia: configurações e reformas organizacionais na década de 1990. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 951-963, 2006.
- GIOVANELLA, L. et al. Panorama de la Atención Primaria de Salud en Suramérica: concepciones, componentes y desafíos. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 39, n. 105, p. 300-322, 2015.
- GIOVANELLA, L.; ALMEIDA, P. F. Atenção primária integral e sistemas segmentados de saúde na América do Sul. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 2, p. e00118816, 2017.
- LABONTÉ, R. et al. (ed.). **Revitalizing health for all:** case studies of the struggle for comprehensive primary health care. Canadá: International Development Research Centre, 2017.
- LEVINO, A.; CARVALHO, E. F. Análise comparativa dos sistemas de saúde da tríplice fronteira: Brasil/Colômbia/Peru. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [S.I.], v. 30, n. 5, p. 490-500, 2011.
- LOBATO, L. V. C.; GIOVANELLA, L. Sistemas de saúde: origens, componentes e dinâmica. In: GIOVANELLA, L. et al. (org.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p.89-120.
- MACINKO, J.; HARRIS, M. Brazil's Family Health Strategy – Delivering Community-Based Primary Care in a Universal Health System. **The New England Journal of Medicine**, Perspective, 4 jun. 2015. Disponível em: <https://www.nejm.org/doi/full/10.1056/NEJMp1501140>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- MENDES, E. V. **A atenção primária à saúde no SUS:** avanços e ameaças. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021.
- MENDES, E. V. **Os sistemas de serviços de saúde:** o que os gestores deveriam saber sobre essas organizações complexas. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2002.
- PAIM, J. et al. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, EUA, v. 377, p. 1778-1797, 2011. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(11\)60054-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(11)60054-8). Acesso em: 15 jun. 2025.
- PEREIRA, A. M. M. et al. Atenção primária à saúde na América do Sul em perspectiva comparada: mudanças e tendências. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 36, n. 94, p. 482-499, 2012.
- PINTO, L. F. et al. Sistemas comparados de saúde: atenção primária à saúde nas cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 675-686,

2017.

REIS, R.S.; SILVA, L.B. (orgs.). **Sistemas de saúde na América do Sul**: desafios e resistências na defesa de sistemas universais. Batista da Silva. Rio de Janeiro: EPSJV, 2024. 154 p.

SANTOS, A. M. et al. Desafios organizacionais para fortalecimento da atenção primária à saúde em Portugal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [S.I.], v. 39, n. 3, p. 359–369, 2015.

LINHA: EDUCAÇÃO NA SAÚDE

- 1. Obrigatória Mestrado e Doutorado:** Educação na Saúde
- 2. Optativas do Programa:** Vivência de ensino na ESF; Estudos Avançados em Educação na Saúde.

EDUCAÇÃO NA SAÚDE	
Carga-horária:	45 h/a
Créditos:	3.0
Ementa:	Educação na saúde no estado brasileiro: política, programas e estratégias. Diretrizes Curriculares Nacionais. Conceitos, princípios e estratégias da Educação Permanente em Saúde, da Educação Interprofissional e da prática colaborativa. Rede de serviços de saúde como Sistema Saúde Escola. Preceptoria e integração ensino-serviço-comunidade. Princípios da aprendizagem de adultos e metodologias ativas. Avaliação da aprendizagem em serviços de saúde. Equidade e ações afirmativas na formação em saúde.
Referências	<p>BATISTA, L. E. et al. Indicadores de monitoramento e avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 29, n. 3, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190151.</p> <p>BARRETO, V. L. et al. Papel do Preceptor da Atenção Primária em Saúde na Formação da Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco – um Termo de Referência. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 578-583, 2011.</p> <p>BARROS, R. Revisitando Knowles e Freire: Andragogia versus pedagogia, ou o dialógico como essência da mediação sociopedagógica. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 44, 2018.</p> <p>BOTTI, S. H. O.; REGO, S. Preceptor, Supervisor, Tutor e Mentor: quais são seus papéis? Revista brasileira de educação médica, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 363-373, 2008.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Saúde integral da População Negra – PNSIPN – Uma política do SUS. Brasília, DF, 2013.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento da Gestão da Educação na Saúde. Curso de Especialização em Ativação de Processo de Mudanças nos Cursos de Graduação da área da saúde. Rio de Janeiro: MS/FIOCRUZ, 2005.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Manual Instrutivo Gestores Municipais – Manual de apoio aos gestores para a implementação do COAPES. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.</p> <p>CUNHA, E. M. G. P. Recorte étnico-racial: Caminhos trilhados e novos desafios. In: BATISTA, L. E. et al. Saude da População Negra. Brasília: ABPN, 2012. p.37-48.</p> <p>DEMO, P. Educar pela Pesquisa. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.120p.</p> <p>DIAS, H. S. A.; LIMA, L. D.; TEIXEIRA, M. A trajetória da política nacional de reorientação da formação profissional em saúde no SUS. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n.6. p.1613-1624, 2013.</p> <p>DIAS, M. S. A. et al. (orgs.). Educação interprofissional e práticas colaborativas em saúde. Sobral: Edições UVA, 2020.</p> <p>DIAS, M. S. A.; LIMA, N. A.; PARENTE, J. R. F.; SILVA, M. R. F. A tutoria como dispositivo de apoio a um sistema municipal de saúde. Saúde em Debate, São Paulo, v. 41, n. 114, p. 683-693, 2017.</p> <p>DIAS, M. S. A.; VASCONCELOS, M. I. O. (orgs.). Interprofissionalidade e colaboratividade na formação e no cuidado no campo da atenção primária a saúde. Sobral: Edições UVA, 2021. 422 p.</p> <p>DÍAZ BORDENAVE, J.; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. 357p.</p> <p>FERREIRA, L. et al. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. Saúde em Debate, São Paulo, v. 43, n. 120, p. 223-239, 2019.</p> <p>FRANÇA, T. et al. PET-Saúde/GraduaSUS: retrospectiva, diferenciais e panorama de distribuição dos projetos. Saúde em Debate, São Paulo, v. 42, número especial 2, p. 286-301,</p>

- 2018.
- FREITAS, M. A. O. et al. Aprendizagem Significativa e Andragogia na Formação Continuada de Profissionais de Saúde. *Aprendizagem Significativa em Revista/Meaningful Learning Review*, [S.I.], v. 6, n. 2, p.1-20, 2016.
- FRENK, J. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. *Lancet*, EUA, v. 376, n. 9756, p. 1923–1958, 2010.
- LACERDA, F. C. B.; SANTOS, L. M. Integralidade na formação do ensino superior: metodologias ativas de aprendizagem. *Avaliação: Revista da Avaliação da educação superior*, [S.I.], v. 23, n.3, p. 611-627, 2018.
- LE BOTERF, G. *Desenvolvendo a competência dos profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2003. 278p.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*: estudos e proposições. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem*: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. 448 p.
- MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, 2008.
- MORAN, J. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.
- MOREIRA, A. A. *Aprendizagem significativa crítica*. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA, 3., Lisboa (Peniche), 11 a 15 de setembro de 2000. Anais [...]. Lisboa: Atas do encontro, 2000. p.33-45.
- MOREIRA, E. O. et al. *Andragogia*: aprendizagem significativa. 14º Congresso de Iniciação Científica – CONIC/SEMESP, 2014.
- PARENTE, R. P. F. Preceptoria e Tutoria na Residência Multiprofissional em Saúde da Família. *SANARE - revista de políticas públicas*, [S.I], v.7, n. 2, p.47-53, 2008.
- PEDUZZI, M. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. *Trabalho, educação e Saúde*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. e0024678, 2020.
- PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. N. *Educação profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- PEREIRA, I. D. F.; LAGES, I. Diretrizes curriculares para a formação de profissionais de saúde: competências ou práxis? *Trabalho, educação e saúde*, São Paulo, v. 11 n. 2, p. 319-338, 2013.
- PINTO, I. C. M.; ESPIRIDIÃO, M. A. *Política nacional de educação permanente em saúde: monitoramento e avaliação*. Salvador: EDUFBA, 2022. 208 p.
- SOARES, C. H. A.; PINTO, V. T.; DIAS, M. S. A.; PARENTE, J. R. F., CHAGAS, M. I. O. Sistema de Saúde-Escola de Sobral-CE. *SANARE- revista de políticas públicas*, [S.I], v. 7, n. 2, p. 7-13, 2008.
- SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. (org.). *Nova formação em saúde pública*: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola. v. 2, Rio de Janeiro: Fiocruz, ENSP, RedEscola, 2019. 260 p.
- VENDRUSCOLO, C.; SILVA, M. T.; SILVA, M. E. K. Integração ensino-serviço-comunidade na perspectiva da reorientação da formação em saúde. *Sustinere - Revista de Saúde e Educação*, [S.I], v.5, n. 2, p.245-15. 2017.
- GONCALVES, L.A.P.; OLIVEIRA, R.G.; GADELHA, A.G.S.; MEDEIROS, T.M. Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades - uma (não) agenda?. *Saúde Debate*, São Paulo, v.43, n.spe8, p.160-174. 2019.
- LEAL, M.C. et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.33, suppl.1, 2017.
- OLIVEIRA, R.G. et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.36, n.9, p. e00150120. 2020
- PAIXÃO, M. et al. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil*; 2009–2010. Disponível em:
[12http://www.palmares.gov.br/file/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf](http://www.palmares.gov.br/file/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf). Acesso em: 20 jan. 2025.
- QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires:

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, A.I. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S; MENESES, M.P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora. p. 84-130. 2010.

TAVARES, N. O.; OLIVEIRA, L. V.; LAGES, S. R. C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde debate**, São Paulo, v. 37, n. 99, p. 580-587, 2013.

WERNECK, J. et al. **Racismo Institucional**: uma abordagem conceitual. Texto produzido para o Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras (Mimeo), 2013.

WERNECK, J. (org.). **Mulheres Negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas. Rio de Janeiro: Criola, 2008.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

VIVÊNCIA DE ENSINO NA ESF
Carga-horária: 30 h/a
Créditos: 2.0
Ementa: Prática docente no ensino na saúde. Práticas inclusivas no ensino na saúde. Desenvolvimento de competências pedagógicas para atuação docente crítica e transformadora no contexto dos serviços de saúde da família, com uso de metodologias ativas e práticas interprofissionais.
Referências ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Processos de Ensinagem na Universidade : Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004. COSTA, G.D., COTTA, R.M.M. O aprender fazendo: representações sociais de estudantes da saúde sobre o portfólio reflexivo como método de ensino, aprendizagem e avaliação. Interface , São Paulo, v.18, n.51, p.771-784, 2014. COTTA, R.M.M.; COSTA, G.D.; MENDONÇA, E.T. Portfólios crítico-reflexivos: uma proposta pedagógica centrada nas competências cognitivas e metacognitivas. Interface , São Paulo, v. 19, n. 54, p.573-88. 2015. CYRINO E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. Cad Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 780-788, 2004. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. GADOTTI, M. Educar para un otro mundo posible – El Foro Social Mundial como espacio de aprendizaje de una nueva cultura política y como proceso transformador de La sociedad civil a escala planetaria. Caracas: Centro Internacional Miranda, LIBÂNEO, J.C. Didática. São Paulo: Cortez, 2009. MITRE, S.M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. Cienc Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 13, supl 2, p. 2133-2144, 2008. PILETTI, C. Didática Geral . 23 ed. São Paulo: Ática, 2002. RIBEIRO, I. L.; MEDEIROS JÚNIOR, A. Graduação em saúde, uma reflexão sobre ensino-aprendizado. Trab Educ Saúde , São Paulo, v.14 n.1, p. 33-53, 2016. SORDI, M.R.L. Desafiando a hegemonia do campo da avaliação da qualidade das escolas: a avaliação institucional participativa como estratégia . Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2022.

ESTUDOS AVANÇADOS EM EDUCAÇÃO NA SAÚDE
Carga-horária: 30 h/a
Créditos: 2.0
Ementa: Estudo crítico à luz das teorias da educação para o ensino na saúde. Teorias e práticas pedagógicas na formação dos profissionais de saúde. Metodologias ativas e suas implicações sociais no ensino e na aprendizagem. Avaliação no processo ensino e aprendizagem. Equidade na educação na saúde.

Referências

- ANDRADE, S. R.; MEIRELLES, B. H. S.; LANZONI, G. M. M. Educação permanente em saúde: atribuições e deliberações à luz da política nacional e do pacto de gestão. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 373-381, 2011.
- CECCIM, R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-77, 2005.
- GIUSTA, A. S. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. **Educação em Revista**, [S.I.], v. 29, n. 1, p. 20-36, 2013.
- MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2, p. 2133-2144, 2008.
- PEREIRA, A. L. F. As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1527-1534, 2003.
- TRONCON, L. E. A. Avaliação Programática do Estudante: Estratégia Institucional para Melhor Cumprir as Funções da Avaliação Educacional. **Rev. Grad. USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, jul. 2016.
- SORDI, M. R. L. **Avaliação como instrumento qualificador da docência universitária**. São Paulo: Unicamp, 2012.

LINHA: PROMOÇÃO DA SAÚDE

1. **Disciplina Obrigatória Mestrado e Doutorado:** Promoção da Saúde
2. **Disciplina Optativa do Programa:** Educação em saúde

PROMOÇÃO DA SAÚDE	
Carga-horária: 45 h/a	
Créditos: 3.0	
EMENTA	
Estudo crítico das bases históricas, epistemológicas, políticas e metodológicas da promoção da saúde. Análise crítica da determinação social da saúde, nas dimensões estruturais, históricas e políticas, articulada à equidade, interseccionalidade e participação social. Abordagens de promoção da saúde e seus desdobramentos no processo de trabalho da Atenção Primária à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde e suas conexões com políticas de populações específicas. Competências e práticas emancipatórias, com foco nos territórios, na justiça social, na autodeterminação, na humanização e na sustentabilidade. Interface da promoção da saúde com agendas globais.	
Referências	
AKERMAN, M. Que tensões nos revelam a teoria e a prática da promoção da saúde? In: DIAS, M. S. A.; FORTE, F. D. S.; MACHADO, M. F. A. S. (orgs.). Promoção da saúde: um tecido bricolado. Sobral: Edições UVA, 2015.p.23–36.	
AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Jandaíra, 2018.	
ALMEIDA-FILHO, N. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. Revista Brasileira de Administração Pública , Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 9–32, 2000.	
AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F.; WESTPHAL, M. F. Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1333–1356, 2012.	
BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. 5. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2024.	
BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. Trabalho, Educação e Saúde , São Paulo, v. 16, n. 3, p. 869–897, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000300869 .	
Acesso em: 15 jun. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude . Acesso em: 15 jun. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lebisicas_gays.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025.	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas Públicas. Projeto Promoção da Saúde: as cartas da promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 52 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde).	
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025.	

- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 3 jan. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BREILH, J. **Epidemiología crítica**: ciencia emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, [S.I.], v. 31, supl. 1, p. s13-s27, 2013.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- DEMPSEY, C.; BATTEL-KIRK, B.; BARRY, M. M. **Competências Principais em Promoção da Saúde – CompHP**: versão resumida 2011. [S.I.: s.n.], 2011.
- DIAS, M. S. A. et al. Sinuosidades na linha de indução, institucionalização e implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sinuosidades-na-linha-de-inducao-institucionalizacao-e-implementacao-da-politica-nacional-de-promocao-da-saude/19424?id=19424>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- MOREIRA, M. R. et al. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS. **Saúde em Debate**, São Paulo, v. 43, n. esp. 7, p. 22–35, 2019.
- NETTO, G. F.; CARNEIRO, F. F.; ARAGÃO, L. G. T. et al. Saúde e ambiente: reflexões para um novo ciclo do SUS. In: CASTRO, A.; MALO, M. (orgs.). **SUS**: ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: Hucitec; OPAS, 2006. p. 152–170.
- PORTO, M. F. S. Crise das utopias e as quatro justiças: ecologias, epistemologias e emancipação social para reinventar a saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 4449–4458, 2019.
- PORTO, M. F. Emancipatory promotion of health: contributions from Brazil in the context of the Global South. **Health Promotion International**, [S.I.], v. 34, p. i56–i64, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.116–142.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESSES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84–130.
- WESTPHAL, M. F. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Hucitec, 2012. p.635–667..

EDUCAÇÃO EM SAÚDE
Carga-horária: 30 h/a
Créditos: 2.0
Ementa: Fundamentos teóricos, políticos e metodológicos da Educação em Saúde. Análise crítica das práticas educativas com pessoas, famílias e coletivos no SUS. Concepções pedagógicas (bancária, dialógica, freireana) e as implicações na produção do cuidado. Planejamento e avaliação de ações educativas, com base na problematização, cogestão do saber e promoção da autodeterminação das pessoas e coletivos nos territórios. Interculturalidade, comunicação em saúde, letramento em saúde e reconhecimento das desigualdades interseccionais como ferramentas de cuidado e participação cidadã.
Referências
ASSUMPÇÃO, R. (org.). Educação popular na perspectiva freireana . São Paulo: Editora Paulo Freire, 2009.
BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de educação popular e saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas . Brasília: Presidência da República, 2014. 39 p.
CARVALHO, Y. M.; GASTAL, M. L. Práticas educativas em saúde: possibilidades e limites. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). Cuidado: as fronteiras da integralidade . Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2004. p. 181–191.
FALKENBERG, M. B. et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847–852, 2014.
FEIO, A.; OLIVEIRA, C. C. Confluências e divergências conceituais em educação em saúde. Saúde e Sociedade , São Paulo, v. 24, n. 2, p. 703–715, 2015.
FIGUEIREDO, M. F. S.; LEITE, M. T. S.; RODRIGUES NETO, J. F.; REIS, T. C. Modelos educacionais não críticos e críticos aplicados à educação em saúde. Revista Norte Mineira de Enfermagem , [S.I.], v. 1, n. 1, p. 79–91, 2012.
FIOCRUZ. Educação popular em saúde . FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2001.
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
GALVÃO, A. L. M. et al. Determinantes estruturais da saúde, raça, gênero e classe social: uma revisão de escopo. Saúde e Sociedade , São Paulo, v. 30, n. 2, p. e200743, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902021193514 .
PEDROSA, J. I. S. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde em debate: (re)conhecendo saberes e lutas para a produção da Saúde Coletiva. Interface – Comunicação, Saúde, Educação , São Paulo, v. 25, p. e200190, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/Interface.200190 .
REIS, T. C. et al. Educação em saúde: aspectos históricos no Brasil. Journal of Health Sciences Institute , [S.I.], v. 31, n. 2, p. 219–223, 2013.
SALCI, M. A. et al. Educação em saúde e suas perspectivas teóricas: algumas reflexões. Texto & Contexto Enfermagem , Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 224–230, 2013.
VASCONCELOS, E. M. Educação popular e a atenção à saúde da família . 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
VASCONCELOS, E. M.; CRUZ, P. J. S. C. (org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência . São Paulo: Hucitec, 2011.

EIXO: PESQUISA

- Disciplinas Obrigatórias Mestrado e Doutorado:** Inovação e Desenvolvimento de Tecnologias em Saúde Coletiva.
- Disciplinas Obrigatórias Mestrado:** Seminário introdutório do mestrado; Seminário acompanhamento I; Seminário acompanhamento II; Metodologia do Trabalho Científico.
- Disciplinas Optativas do Programa:** Epidemiologia; Bioestatística; Referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa; Análise de dados em pesquisa qualitativa; Redação e divulgação científica; Translação do conhecimento.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS EM SAÚDE COLETIVA	
Carga-horária: 30 h/a	
Créditos: 2.0	
Ementa: Conceitos e tipos de inovação, produtos técnicos e tecnológicos. Referenciais teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de produtos técnicos e tecnológicos. Aspectos éticos e registro de propriedade intelectual. Avaliação da qualidade de produtos técnicos e tecnológicos.	
Referências ANTUNES, A. M. S.; PARREIRAS, V. M. A.; QUINTELLA, C. M.; RIBEIRO, N. M. Métodos de prospecção tecnológica, inteligência competitiva e foresight: principais conceitos e técnicas. In: RIBEIRO, N. M. (org.). <i>Prospecção tecnológica</i> . Salvador: EDIFBA, 2018. v. 1, p. 19–108. Disponível em: https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2021/08/PROFNIT-Serie-Conceitos-e-Aplica%20A1aes-de-Propriedade-Intelectual-Volume-I.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025. BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Manual básico para proteção por patentes de invenções, modelos de utilidade e certificados de adição. Brasília: INPI, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/guia-basico/ManualdePatentes20210706.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025. BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Manual do usuário para o registro eletrônico de programas de computador. Brasília: INPI, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/programas-de-computador/arquivos/manual/manual-e-software-2022.pdf . Acesso em: 15 jun. 2025. BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Manual para depositante de patentes. Brasília: INPI, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br . Acesso em: 15 jun. 2025. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Política nacional de gestão de tecnologias em saúde. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 48 p. CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Derwent Innovations Index (DII): guia de uso da base de dados de patentes internacionais. Brasília: CAPES, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/images/documents/Derwent%20Innovations%20Index%20DII%20(guia).pdf . Acesso em: 15 jun. 2025. CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório de grupo de trabalho de produção técnica. Brasília: CAPES, 2019. 81 p. COSTA, L. S.; BAHIA, L. Geração e trajetórias de inovação nos serviços de saúde. In: GADELHA, C. A. G. et al. (org.). <i>Brasil saúde amanhã: complexo econômico-industrial da saúde</i> . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 23–60. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786557080924.0003 . Acesso em: 15 jun. 2025. FILATRO, A.; CAIRO, S. Produção de conteúdos educacionais: design instrucional, tecnologia, gestão, educação e comunicação. São Paulo: Saraiva, 2017. GARBIN, M. H. Repensando a ciência e a inovação: uma análise pela perspectiva decolonial em diálogo com a teoria ator-rede. Estudos de Sociologia , Araraquara, v. 28, n. 00, p.e023024, 2023. DOI: https://doi.org/10.52780/res.v28i00.16909 . Acesso em: 15 jun. 2025.	

- GODINHO, M. M. Estratégias de proteção da inovação. In: SANTOS, W. P. C. (org.). **Conceitos e aplicações de propriedade intelectual**. Salvador: EDIFBA, 2019. v. 2, p. 461–499. Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2018/08/PROFNIT-Serie-Prospeccao-Tecnologica-Volume-1-1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- GUIMARÃES, R. Bases para uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 375–387, 2004.
- KOERICH, G. V.; CANCELLIER, É. L. P. L. Inovação frugal: origens, evolução e perspectivas futuras. **Cadernos EBAPE.BR**, [S.I.], v. 17, p. 1079–1093, 2020.
- MERHY, E. E.; FRANCO, T. B. Por uma composição técnica do trabalho centrada nas tecnologias leves e no campo relacional. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 316–323, 2003.
- SALBEGO, C.; NIETSCH, E. A. Praxis model for technology development: a participatory approach. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 57, p. e20230041, 2023.

SEMINÁRIO INTRODUTÓRIO DO MESTRADO	
Carga-horária: 30 h/a	
Créditos: 2.0	
Ementa:	Pós-Graduação em Saúde Coletiva no Brasil. Características e contribuições do programa profissional <i>stricto sensu</i> para a Região e o País, considerando as especificidades territoriais. Levantamento e priorização de problemas de pesquisa para alinhamento principiológico em relação a definição dos objetos de estudo para as dissertações. Identidade institucional, objetivos, concepção pedagógica, estrutura curricular do mestrado e processo de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família.
Referências	<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral de Informação e Monitoramento de Serviços e Redes de Atenção à Saúde. Priorização de políticas e programas sob responsabilidade direta da Secretaria de Atenção à Saúde: apresenta abordagens de priorização de políticas e programas, visando ao seu monitoramento. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Documento de área: Saúde Coletiva (Área 22), 2025–2028. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-ciencias-da-vida/ciencias-da-saude/SAUDE_COLETIVA_DOCAREA_2025_2028.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.</p> <p>MENDONÇA, M. H. M. et al. Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/pw5hk/pdf/mendonca-9788575416375.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.</p> <p>PAIVA, C. H. A.; PIRES-ALVES, F. Atenção primária à saúde: uma história brasileira. São Paulo: Hucitec, 2021.</p> <p>SOUZA, K. R. et al. (orgs.). Desafios contemporâneos do campo da saúde coletiva: contribuições da pós-graduação. São Paulo: Hucitec, 2024.</p>

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO I	
Carga-horária: 15 h/a	
Créditos: 1.0	
Ementa:	Ética na produção do conhecimento. A pesquisa com seres humanos e o Sistema CEP/CONEP. Procedimento para submissão de protocolos de pesquisa para apreciação ética na Plataforma Brasil. Elaboração dos projetos de pesquisa. Problematização das decisões metodológicas.
Referências	<p>AMORIM, K. P. C. Ética em pesquisa no sistema CEP-CONEP brasileiro: reflexões necessárias. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 1033–1040, mar. 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.35292016.</p> <p>BRASIL. Carta circular nº 1/2021: orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília,</p>

DF, 3 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024: dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 maio. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/resolucoes/lei-no-114-874.pdf/view>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012: dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/1mTMIS3>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mai. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2fmnKeD>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GUERRIERO, I. C. Z.; MINAYO, M. C. S. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 763–782, 2013.

SILVA, J. V. (org.). et al. **Bioética**: meio ambiente, saúde e pesquisa. São Paulo: Látria, 2006.

VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. A. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO II

Carga-horária: 15 h/a

Créditos: 1.0

Ementa:

Desenvolvimento de projetos: tema/objeto, problema de pesquisa, objetivos, revisão da literatura/referencial teórico e métodos. Problematização das decisões metodológicas e reflexão crítica entre os discentes e docentes.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:2023** – Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724:2024** – Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023:2018** – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

MALTA, M. et al. Iniciativa STROBE: subsídios para a comunicação de estudos observacionais. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 559–565, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102010000300021>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEDRONHO, R. A. et al. **Epidemiologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 790 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SIEGEL, S.; CASTELLAN JR., J. **Estatística não paramétrica (para as ciências do comportamento)**. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2006. 350 p.

TOMASI, N. G. S.; YAMAMOTO, R. M. **Metodologia da pesquisa em saúde**: fundamentos essenciais. Curitiba: As Autoras, 1999.

VICTORA, C. G.; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. A. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

VOLPATO, G. L. **Bases teóricas para redação científica**. 2. ed. São Paulo: Livraria e Editora Científica, 2021.

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO
Carga-horária: 60 h/a
Créditos: 4.0
Ementa: Introdução aos fundamentos epistemológicos da ciência e da pesquisa em saúde coletiva. Natureza, tipos de abordagem e desenhos de estudos. Etapas e estruturação de projetos de pesquisa. Uso de bases de dados para fundamentação teórica e temática. Prática baseada em evidências.
Referências
BISPO, F. S. Escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica , [S.I.], v. 26, p. e273037, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/8syVs7ZYRzjXKzpfhpGNXdm . Acesso em: 15 jun. 2025.
CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser . 2005. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Fases da elaboração da pesquisa. In: CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. p.73-90.
DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.31-50.
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
GIL, A. C. Como delinear uma pesquisa-ação. In: GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 143-147.
MELO, G. S. et al. Instrumentos de pesquisa em saúde: questionário, entrevista e checklist – vantagens e limitações . São Paulo: Cortez; Brasília: ANVISA, 2021.
MENDONÇA, M. H. M.; MATTIA, G. C.; GONDIM, R.; GIOVANELLA, L. (orgs.). Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/pw5hk . Acesso em: 15 jun. 2025.
MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 14. ed. atual. São Paulo: Hucitec, 2014.
PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Estrutura do projeto de pesquisa. In: PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico . 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p.119-141.
QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESSES, M. P. (orgs.). Epistemologias do Sul . São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.
QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas . Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.116-142.
SCHNEIDER, L. R.; PEREIRA, R. P. G.; FERRAZ, L. Prática baseada em evidências e análise sociocultural na Atenção Primária. Physis – Revista de Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300232, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/kq66hywGnfmM4lrfIjM4ys . Acesso em: 15 jun. 2025.
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2022.
TOMASI, N. G. S.; YAMAMOTO, R. M. Metodologia da pesquisa em saúde: fundamentos essenciais . Curitiba: As Autoras, 1999.

EPIDEMIOLOGIA
Carga-horária: 30 h/a
Créditos: 2.0
Ementa: Bases conceituais da Epidemiologia como método de investigação científica. Risco e Causalidade. Principais desenhos de estudos epidemiológicos observacionais (transversal, coorte, caso-controle) e de intervenção em saúde pública (ensaios clínicos e comunitários). Validade de estudos epidemiológicos.
Referências
ALEXANDRE, B. S. P. Epidemiologia aplicada nos serviços de saúde . São Paulo: Martinari, 2012.
ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M. L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos e aplicações . Rio de Janeiro: Guanabara, 2012.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. **Basic epidemiology**. 2. ed. Geneva: World Health Organization, 2006.

FLETCHER, R. H. et al. **Epidemiologia clínica: elementos essenciais**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

MEDRONHO, R. A. et al. **Epidemiologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

ROUQUAYROL, M. Z.; CURGEL, M. **Epidemiologia & saúde**. 8. ed. Fortaleza: Medbook, 2023.

BIOESTATÍSTICA

Carga-horária: 45 h/a

Créditos: 3.0

Ementa:

Medidas de tendência central e variabilidade. Noções de probabilidade e distribuição. Conceitos e práticas de amostragem. Testes estatísticos paramétricos e não paramétricos. Correlação. Testes para variáveis categóricas. Princípios e técnicas de análise multivariada. Regressão linear. Regressão Logística.

Referências

ARANGO, G. H. **Bioestatística teórica e ocupacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

BERQUÓ, E. S.; SOUZA, J. M. P.; GOTLIEB, S. L. D. **Bioestatística**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1981.

COCHRAN, W. G. **Sampling techniques**. 3. ed. New York: John Wiley, 1977.

COSTA, S. F. **Introdução ilustrada à estatística**. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

DORIA FILHO, U. **Introdução à bioestatística para simples mortais**. São Paulo: Negócio Editora, 1999.

FAVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Grupo A, 2009.

LWANGA, S. K.; LEMESHOW, S. **Sample size determination in health studies: a practical manual**. Geneva: World Health Organization, 1991.

MANLY, B. F. J. **Multivariate statistical methods: a primer**. 3. ed. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC, 2005.

NADANOVSKY, P. **Epidemiologia e bioestatística na pesquisa odontológica**. São Paulo: Atheneu, 2005.

NORMAN, J.; STREINER, D. **PDQ statistics**. 2. ed. St. Louis: Mosby-Year Book, 2003.

SIQUEIRA, A. L. **Introdução à estatística médica**. Belo Horizonte: Departamento de Estatística, UFMG, 1999.

SOUNIS, E. **Bioestatística: princípios fundamentais, metodologia estatística, aplicação às ciências biológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1985.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA QUALITATIVA
Carga-horária: 30 h/a
Créditos: 2.0
Ementa:
Avanços epistemológicos e metodológicos na pesquisa qualitativa aplicada à Saúde Coletiva e ao campo da Saúde da Família. Métodos e estratégias avançadas para produção de dados qualitativos. Rigor metodológico e aspectos éticos na pesquisa qualitativa. Aplicações da pesquisa qualitativa na construção de conhecimento no território, as diversidades e na produção de inovação técnica, tecnológica e epistêmica para o campo da Saúde da Família.
Referências
BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política , [S./], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwXH55jhv/ . Acesso em: 15 jun. 2025.
BISPO, F. S. Escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica , [S./], v. 26, p. e273037, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/8syVs7ZYRzjXKzpfbGNXdm/ . Acesso em: 15 jun. 2025.
BOSI, M. L. M.; CASTALDO, D. Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos . Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
CAMARGOS, M. A.; OLIVER, F. C. Uma experiência de uso do georreferenciamento e do mapeamento no processo de territorialização na Atenção Primária à Saúde. Saúde em Debate , São Paulo, v. 43, n. 123, p. 1259–1269, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104201912321 . Acesso em: 15 jun. 2025.
GAUTHIER, J. O oco do vento: metodologia da pesquisa sociopoéticas e estudos transculturais . Curitiba, PR: CRV, 2012.
GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. Revista Pesquisa Qualitativa , [S./], v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322. Disponível em: https://editora.seq.org.br/rpq/article/view/322 . Acesso em: 15 jun. 2025.
HENRIQUES, C. M. G.; BOTELHO, M. A. R.; CATARINO, H. C. P. A fenomenologia como método aplicado à ciência de enfermagem: estudo de investigação. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 511–519, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.41042020 . Acesso em: 15 jun. 2025.
KORSTJENS, I.; MOSER, A. Series: Practical guidance to qualitative research. Part 2: Context, research questions and designs. European Journal of General Practice , [S./], v. 23, n. 1, p. 274–279, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/13814788.2017.1375090 .
MALTERUD, K.; SIERSMA, V. D.; GUASSORA, A. D. Sample size in qualitative interview studies: guided by information power. Qualitative Health Research , [S./], v. 26, n. 13, p. 1753–1760, 2015.
MINAYO, M. C. de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa , [S./], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: https://editora.seq.org.br/rpq/article/view/82 . Acesso em: 15 jun. 2025.
MINAYO, M. C. S. Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. Ciência & Saúde Coletiva , Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, jan. 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.30302016 .
MINAYO, M. C. S. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. Revista Pesquisa Qualitativa , [S./], v. 9, n. 22, p. 521–539, 2021. Disponível em: https://editora.seq.org.br/rpq/article/view/506/290 . Acesso em: 15 jun. 2025.
MOSER, A.; KORSTJENS, I. Series: Practical guidance to qualitative research. Part 1: Introduction. European Journal of General Practice , [S./], v. 23, n. 1, p. 271–273, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/13814788.2017.1375090 .
PINHO, A. P. M.; SILVA, C. R. M. Abordagem cognitivo-reflexiva na pesquisa qualitativa: estratégia para a prática de entrevista semiestruturada. Revista Pesquisa Qualitativa , [S./], v. 13, n. 34, p. 314–334, 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2025.v.13.n.34.738 .
SALVADOR, P. T. C. O. et al. Estratégias de coleta de dados online nas pesquisas qualitativas da área da saúde: scoping review. Revista Gaúcha de Enfermagem , Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. e20190297, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rge/a/ZTDgnm7Y8f8KhKr6jbCKddK/?lang=pt . Acesso em: 15 jun. 2025.
SANTOS, K. S. et al. O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um

estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.I.], v. 25, n. 2, p. 655–664, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kvr3D7Q3vsYjrFGLNprpttS/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SILVA, A.; CASTRO-SILVA, C. R.; MOURA, L. de. Pesquisa qualitativa em saúde: percursos e percalços da formação para pesquisadores iniciantes. **Saúde e Sociedade**, [S.I.], v. 27, n. 2, p. 632–645, 2018.

SILVA CANCIO VELLOSO, I.; SOARES TIZZONI, J. Critérios e estratégias de qualidade e rigor na pesquisa qualitativa. **Ciencia y Enfermería**, Concepción, v. 26, n. 28, 2020. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-95532020000100402&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 jun. 2025.

SOUZA, V. R. et al. Tradução e validação para a língua portuguesa e avaliação do guia COREQ. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, eAPE02631, 2021. DOI: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2021AO02631>.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso Editora, 2016.

ANÁLISE DE DADOS EM PESQUISA QUALITATIVA	
Carga-horária:	45 h/a
Créditos:	3.0
Ementa:	Estudo dos métodos, estratégias e técnicas de análise de dados em pesquisas qualitativas. Processos de codificação, categorização, construção de sentido e reflexividade. Uso de softwares e outros recursos tecnológicos de apoio à análise qualitativa. Considerações epistemológicas e aplicações éticas para a interpretação de dados qualitativos em contextos da Saúde da Família e Saúde Coletiva.
Referências	<p>ANHAS, D. M.; ROSA, K. R. M.; SILVA, C. R. C. Afetividade e práxis transformadora na pesquisa qualitativa. Psicologia & Sociedade, [S.I.], v. 30, e173315, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30173315.</p> <p>BARBOSA JÚNIOR, E. B. L. et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. Cadernos da Fucamp, [S.I.], v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356. Acesso em: 15 jun. 2025.</p> <p>BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.</p> <p>BASTOS, R. A. et al. The structure of qualitative studies: a bibliometric pattern of biomedical literature. Ciência & Saúde Coletiva, [S.I.], v. 26, n. 8, p. 3199–3208, 2021. Disponível em: https://old.scielo.br/pdf/csc/v26n8/1413-8123-csc-26-08-3199.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.</p> <p>BISPO JÚNIOR, J. P. Viés de desejabilidade social na pesquisa qualitativa em saúde. Revista de Saúde Pública, [S.I.], v. 56, 2022. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/rsp/2022.v56/101/pt. Acesso em: 15 jun. 2025.</p> <p>CORREA, F. P.; BOSI, M. L. M. Avaliação da qualidade na pesquisa qualitativa em saúde. In: BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2021.p. 48–76.</p> <p>DIAS, E. G.; MISHIMA, S. M. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. Revista Sustinere, [S.I.], v. 11, n. 1, p. 402–411, 2023. DOI: https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828.</p> <p>FARIA-SCHUTZER, D. B. et al. Seven steps for qualitative treatment in health research: the clinical-qualitative content analysis. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 265–274, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/M4vLDmdw8KWmdw46G7CgfBv/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 15 jun. 2025.</p> <p>KIGER, M. E.; VARPIO, L. Thematic analysis of qualitative data: AMEE Guide No. 131. Medical Teacher, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/0142159X.2020.1755030.</p> <p>MEYER, S.; WARD, P. “Modo de usar” teoria social do início ao fim em pesquisas qualitativas em saúde. In: BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2021. p.145–169.</p> <p>MINAYO, M. C. S. Técnicas de análise de material qualitativo. In: MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 303–360.</p>

- ORLANDI, E. P. **Argumentação e análise de discurso:** conceito e análises. Campinas: Pontes Editora, 2023.
- PASSOS, I. C. Análise de dados qualitativos com o R: uma introdução ao pacote RQDA. **Inter-Legere**, v. 4, n. 30, 2021. DOI: 10.21680/1982-1662.2021v4n30ID16213.
- PÊCHEUX, M. **Análise de discurso.** Campinas: Pontes Editora, 2011.
- ROBLES-SILVA, L. Escrever qualitativamente: desafios da racionalidade estético-expressiva. In: BOSI, M. L. M.; GASTALDO, D. **Tópicos avançados em pesquisa qualitativa em saúde:** fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2021.p. 237-261
- SILVA, M. J. F.; PAULA, M. C. Perspectivas da inteligência artificial como ferramenta de apoio para análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S.I.], v. 12, n. 30, p. 1-26, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.33361/RPQ.2024.v12.n.30.727>.
- SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S.I.], v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SOUSA, Y. S. O. et al. O uso do software Iramuteq na análise de dados de entrevistas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S.I.], v. 15, n. 2, p.e3283, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n2/15.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- TAQUETTE, S. R. Validade, confiabilidade, reprodutibilidade e triangulação. In: TAQUETTE, S. R.; BORGES, L. **Pesquisa qualitativa para todos.** Petrópolis: Vozes, 2020. P. 139-154.
- TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

REDAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Carga-horária: 45 horas

Créditos: 3.0

Ementa:

Estudo dos fundamentos teóricos e práticos da redação científica aplicada à Saúde da Família. Estruturação, escrita, revisão e submissão de manuscritos, considerando os diferentes tipos de estudos. Estratégias de publicação, indexação, escolha de periódicos e uso de ferramentas digitais de apoio à escrita acadêmica e seus aspectos éticos. Princípios da revisão por pares, critérios de avaliação de qualidade, originalidade e relevância. Aspectos éticos da publicação científica. Leitura crítica de artigos.

Referências

- BUENO, D. Como enfrentar o autoplágio. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 223, p. 9, 2014. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2014/09/16/como-enfrentar-o-autoplagio/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- FAPESP. **Código de boas práticas científicas.** São Paulo: Fapesp, 2014. Disponível em: http://www.fapesp.br/boaspaticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.
- INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Requisitos uniformes para manuscritos apresentados a periódicos biomédicos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 6-15, 1999.
- PEREIRA, M. G. **Artigos científicos:** como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
- O'CONNOR, P.; CARGILL, M. **Writing scientific research articles.** Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- SPINAK, E. Ética editorial e o problema do autoplágio. **SciELO em Perspectiva**, 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2013/11/11/etica-editorial-e-o-problema-do-autoplagio/>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- SZKLO, M. Quality of scientific articles. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 30-35, 2006.
- VICTORA, C. G.; MOREIRA, C. B. Publicações científicas e as relações Norte-Sul: racismo

editorial? **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. esp., p. 36–42, 2006.

VOLPATO, G. L. **Bases teóricas para redação científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Vinhedo: Scripta Editora, 2007.

VOLPATO, G. L. Dicas para redação científica. **Tropical Plant Pathology**, Brasília, v. 33, supl., p. S83–S85, 2008.

VOLPATO, G. L. Indicadores de qualidade da publicação científica. **Tropical Plant Pathology**, Brasília, v. 33, supl., p. S42–S44, 2008.

VOLPATO, G. L. **Ciência**: da filosofia à publicação. 5. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Vinhedo: Scripta Editora, 2007.

TRANSLAÇÃO DO CONHECIMENTO

Carga-horária: 15 h/a

Créditos: 1.0

Ementa:

Translação do conhecimento: conceito, importância, processo e tipos. Epistemologias plurais e decolonização do saber. Participação social e coprodução do conhecimento. Estratégias e desafios à implementação da translação do conhecimento científico na Atenção Primária à Saúde e para incorporação do conhecimento por populações historicamente excluídas.

Referências

BARROSOS PINTO, C. M. C.; COSTA PINTO, A. M.; SILVA, A. O. V.; OLIVEIRA, P. C. M.

Enfermagem: da teoria à prática clínica. Cap. 1. [S. l.]: Atena Editora, 2024.

CASTRO, D. T. de; OLIVEIRA, I. A. de. Descolonização do saber: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, p.e116268, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.1590/2175-6236116268vs01>.

CROSSETTI, M. G. O.; GÓES, M. G. O. Translação do conhecimento: um desafio para prática de enfermagem. Editorial. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, 2017.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.02.74266>.

OELKE, N. D.; LIMA, M. A.S.; COSTA, A. M. A. Translação do conhecimento: traduzindo pesquisa para o uso na prática e na formulação de políticas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 113–117, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.03.55036>.

SILVA, V. L. M. et al. Transformações contemporâneas, desigualdades sociais e saúde.

Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 7, p.e04372024, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.04372024>.

